

Diário do Legislativo de 01/04/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - 15ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - 16ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.3 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 1/2007

GABARITOS DAS PROVAS OBJETIVAS REALIZADAS EM 30/3/2008

TÉCNICO DE APOIO LEGISLATIVO

POLICIAL LEGISLATIVO

Códigos 101 e 102

Questão 01: D	Questão 16: D	Questão 31: B	Questão 46: B
Questão 02: A	Questão 17: C	Questão 32: C	Questão 47: D
Questão 03: Anulada	Questão 18: A	Questão 33: C	Questão 48: A

Questão 04: B	Questão 19: B	Questão 34: B	Questão 49: C
Questão 05: D	Questão 20: D	Questão 35: C	Questão 50: D
Questão 06: B	Questão 21: A	Questão 36: C	Questão 51: A
Questão 07: A	Questão 22: B	Questão 37: C	Questão 52: B
Questão 08: B	Questão 23: A	Questão 38: A	Questão 53: C
Questão 09: D	Questão 24: A	Questão 39: A	Questão 54: D
Questão 10: B	Questão 25: B	Questão 40: A	Questão 55: D
Questão 11: A	Questão 26: C	Questão 41: C	Questão 56: A
Questão 12: C	Questão 27: A	Questão 42: D	Questão 57: A
Questão 13: B	Questão 28: C	Questão 43: A	Questão 58: D
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: C	Questão 59: B
Questão 15: A	Questão 30: B	Questão 45: C	Questão 60: B

TÉCNICO DE APOIO LEGISLATIVO

TÉCNICO DE APOIO LEGISLATIVO

Código 103

Questão 01: D	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: D
Questão 02: A	Questão 17: B	Questão 32: D	Questão 47: A
Questão 03: Anulada	Questão 18: C	Questão 33: C	Questão 48: D
Questão 04: B	Questão 19: A	Questão 34: A	Questão 49: B
Questão 05: D	Questão 20: A	Questão 35: C	Questão 50: D
Questão 06: C	Questão 21: D	Questão 36: D	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: C	Questão 37: C	Questão 52: C
Questão 08: A	Questão 23: A	Questão 38: B	Questão 53: A
Questão 09: B	Questão 24: B	Questão 39: C	Questão 54: A
Questão 10: D	Questão 25: D	Questão 40: C	Questão 55: B
Questão 11: B	Questão 26: A	Questão 41: B	Questão 56: C
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: C	Questão 57: D
Questão 13: C	Questão 28: A	Questão 43: C	Questão 58: A

Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: A	Questão 59: D
Questão 15: A	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: B

TÉCNICO DE APOIO LEGISLATIVO

TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

Código 104

Questão 01: D	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: D
Questão 02: A	Questão 17: B	Questão 32: C	Questão 47: B
Questão 03: Anulada	Questão 18: C	Questão 33: B	Questão 48: A
Questão 04: B	Questão 19: A	Questão 34: A	Questão 49: A
Questão 05: D	Questão 20: A	Questão 35: B	Questão 50: D
Questão 06: C	Questão 21: D	Questão 36: C	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: D	Questão 52: B
Questão 08: A	Questão 23: A	Questão 38: B	Questão 53: C
Questão 09: B	Questão 24: B	Questão 39: C	Questão 54: C
Questão 10: D	Questão 25: D	Questão 40: A	Questão 55: C
Questão 11: B	Questão 26: B	Questão 41: A	Questão 56: A
Questão 12: B	Questão 27: C	Questão 42: C	Questão 57: C
Questão 13: C	Questão 28: D	Questão 43: A	Questão 58: A
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: A	Questão 59: A
Questão 15: A	Questão 30: C	Questão 45: A	Questão 60: A

TÉCNICO DE APOIO LEGISLATIVO

TÉCNICO EM ELETRÔNICA

Código 105

Questão 01: D	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: C
Questão 02: A	Questão 17: B	Questão 32: A	Questão 47: D
Questão 03: Anulada	Questão 18: C	Questão 33: B	Questão 48: A
Questão 04: B	Questão 19: A	Questão 34: D	Questão 49: B
Questão 05: D	Questão 20: A	Questão 35: A	Questão 50: C

Questão 06: C	Questão 21: B	Questão 36: D	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: C	Questão 37: B	Questão 52: D
Questão 08: A	Questão 23: A	Questão 38: A	Questão 53: B
Questão 09: B	Questão 24: B	Questão 39: C	Questão 54: A
Questão 10: D	Questão 25: A	Questão 40: C	Questão 55: D
Questão 11: B	Questão 26: D	Questão 41: D	Questão 56: D
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: A	Questão 57: A
Questão 13: C	Questão 28: C	Questão 43: D	Questão 58: C
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: B	Questão 59: C
Questão 15: A	Questão 30: B	Questão 45: C	Questão 60: B

TÉCNICO DE APOIO LEGISLATIVO

TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

Código 106

Questão 01: D	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: A
Questão 02: A	Questão 17: B	Questão 32: C	Questão 47: D
Questão 03: Anulada	Questão 18: C	Questão 33: B	Questão 48: B
Questão 04: B	Questão 19: A	Questão 34: D	Questão 49: A
Questão 05: D	Questão 20: A	Questão 35: A	Questão 50: C
Questão 06: C	Questão 21: C	Questão 36: D	Questão 51: D
Questão 07: B	Questão 22: D	Questão 37: A	Questão 52: B
Questão 08: A	Questão 23: A	Questão 38: A	Questão 53: B
Questão 09: B	Questão 24: A	Questão 39: D	Questão 54: D
Questão 10: D	Questão 25: D	Questão 40: A	Questão 55: D
Questão 11: B	Questão 26: A	Questão 41: C	Questão 56: B
Questão 12: B	Questão 27: C	Questão 42: A	Questão 57: D
Questão 13: C	Questão 28: B	Questão 43: B	Questão 58: D
Questão 14: A	Questão 29: B	Questão 44: D	Questão 59: B

Questão 15: A	Questão 30: A	Questão 45: B	Questão 60: C
---------------	---------------	---------------	---------------

TÉCNICO DE APOIO LEGISLATIVO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Código 107

Questão 01: D	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: B
Questão 02: A	Questão 17: B	Questão 32: C	Questão 47: C
Questão 03: Anulada	Questão 18: C	Questão 33: B	Questão 48: D
Questão 04: B	Questão 19: A	Questão 34: B	Questão 49: B
Questão 05: D	Questão 20: A	Questão 35: A	Questão 50: C
Questão 06: C	Questão 21: D	Questão 36: A	Questão 51: B
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: A	Questão 52: A
Questão 08: A	Questão 23: C	Questão 38: B	Questão 53: B
Questão 09: B	Questão 24: C	Questão 39: C	Questão 54: A
Questão 10: D	Questão 25: C	Questão 40: B	Questão 55: A
Questão 11: B	Questão 26: A	Questão 41: D	Questão 56: A
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: C	Questão 57: C
Questão 13: C	Questão 28: D	Questão 43: B	Questão 58: C
Questão 14: A	Questão 29: B	Questão 44: C	Questão 59: B
Questão 15: A	Questão 30: D	Questão 45: C	Questão 60: B

TÉCNICO DE APOIO LEGISLATIVO

TÉCNICO EM MECÂNICA

Código 108

Questão 01: D	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: D
Questão 02: A	Questão 17: B	Questão 32: C	Questão 47: C
Questão 03: Anulada	Questão 18: C	Questão 33: B	Questão 48: C
Questão 04: B	Questão 19: A	Questão 34: C	Questão 49: C
Questão 05: D	Questão 20: A	Questão 35: B	Questão 50: D
Questão 06: C	Questão 21: C	Questão 36: C	Questão 51: A

Questão 07: B	Questão 22: A	Questão 37: D	Questão 52: C
Questão 08: A	Questão 23: C	Questão 38: D	Questão 53: B
Questão 09: B	Questão 24: D	Questão 39: A	Questão 54: B
Questão 10: D	Questão 25: D	Questão 40: B	Questão 55: D
Questão 11: B	Questão 26: B	Questão 41: D	Questão 56: D
Questão 12: B	Questão 27: C	Questão 42: B	Questão 57: D
Questão 13: C	Questão 28: A	Questão 43: A	Questão 58: B
Questão 14: A	Questão 29: D	Questão 44: A	Questão 59: A
Questão 15: A	Questão 30: A	Questão 45: D	Questão 60: C

TÉCNICO DE APOIO LEGISLATIVO

TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES

Código 109

Questão 01: D	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: D
Questão 02: A	Questão 17: B	Questão 32: A	Questão 47: B
Questão 03: Anulada	Questão 18: C	Questão 33: B	Questão 48: D
Questão 04: B	Questão 19: A	Questão 34: A	Questão 49: A
Questão 05: D	Questão 20: A	Questão 35: A	Questão 50: D
Questão 06: C	Questão 21: A	Questão 36: A	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: C	Questão 37: C	Questão 52: C
Questão 08: A	Questão 23: C	Questão 38: B	Questão 53: A
Questão 09: B	Questão 24: A	Questão 39: A	Questão 54: D
Questão 10: D	Questão 25: B	Questão 40: B	Questão 55: A
Questão 11: B	Questão 26: D	Questão 41: C	Questão 56: A
Questão 12: B	Questão 27: C	Questão 42: B	Questão 57: B
Questão 13: C	Questão 28: C	Questão 43: B	Questão 58: D
Questão 14: A	Questão 29: B	Questão 44: C	Questão 59: C

Questão 15: A	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: B

TÉCNICO DE APOIO LEGISLATIVO

TÉCNICO GRÁFICO

Código 110

Questão 01: D	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: A
Questão 02: A	Questão 17: B	Questão 32: B	Questão 47: C
Questão 03: Anulada	Questão 18: C	Questão 33: C	Questão 48: B
Questão 04: B	Questão 19: A	Questão 34: D	Questão 49: A
Questão 05: D	Questão 20: A	Questão 35: D	Questão 50: C
Questão 06: C	Questão 21: A	Questão 36: B	Questão 51: D
Questão 07: B	Questão 22: D	Questão 37: A	Questão 52: C
Questão 08: A	Questão 23: C	Questão 38: C	Questão 53: B
Questão 09: B	Questão 24: C	Questão 39: D	Questão 54: A
Questão 10: D	Questão 25: B	Questão 40: B	Questão 55: B
Questão 11: B	Questão 26: A	Questão 41: A	Questão 56: D
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: D	Questão 57: B
Questão 13: C	Questão 28: D	Questão 43: A	Questão 58: A
Questão 14: A	Questão 29: B	Questão 44: B	Questão 59: B
Questão 15: A	Questão 30: A	Questão 45: C	Questão 60: B

PROCURADOR

Código 201

Questão 01: A	Questão 16: B	Questão 31: C	Questão 46: A
Questão 02: A	Questão 17: B	Questão 32: D	Questão 47: C
Questão 03: C	Questão 18: D	Questão 33: D	Questão 48: B
Questão 04: D	Questão 19: D	Questão 34: A	Questão 49: C

Questão 05: C	Questão 20: D	Questão 35: C	Questão 50: D
Questão 06: C	Questão 21: C	Questão 36: C	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: D	Questão 37: D	Questão 52: B
Questão 08: B	Questão 23: C	Questão 38: C	Questão 53: B
Questão 09: B	Questão 24: A	Questão 39: B	Questão 54: D
Questão 10: C	Questão 25: D	Questão 40: A	Questão 55: B
Questão 11: D	Questão 26: A	Questão 41: C	Questão 56: D
Questão 12: A	Questão 27: A	Questão 42: B	Questão 57: B
Questão 13: A	Questão 28: D	Questão 43: B	Questão 58: C
Questão 14: A	Questão 29: B	Questão 44: A	Questão 59: A
Questão 15: B	Questão 30: A	Questão 45: A	Questão 60: B

ANALISTA LEGISLATIVO

ANALISTA DE PROJETOS EDUCACIONAIS

Código 202

Questão 01: A	Questão 16: C	Questão 31: D	Questão 46: A
Questão 02: D	Questão 17: B	Questão 32: B	Questão 47: C
Questão 03: B	Questão 18: B	Questão 33: A	Questão 48: D
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: B	Questão 49: B
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: D	Questão 50: B
Questão 06: C	Questão 21: C	Questão 36: A	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: B	Questão 52: C
Questão 08: A	Questão 23: A	Questão 38: B	Questão 53: D
Questão 09: D	Questão 24: A	Questão 39: C	Questão 54: A
Questão 10: D	Questão 25: B	Questão 40: C	Questão 55: C
Questão 11: A	Questão 26: B	Questão 41: C	Questão 56: B
Questão 12: B	Questão 27: A	Questão 42: D	Questão 57: D

Questão 13: D	Questão 28: D	Questão 43: A	Questão 58: B
Questão 14: C	Questão 29: B	Questão 44: B	Questão 59: D
Questão 15: A	Questão 30: D	Questão 45: C	Questão 60: C

ANALISTA LEGISLATIVO

ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS

Código 203

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: D	Questão 46: D
Questão 02: B	Questão 17: B	Questão 32: B	Questão 47: B
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: C	Questão 48: A
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: A	Questão 49: C
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: C	Questão 50: B
Questão 06: C	Questão 21: A	Questão 36: B	Questão 51: D
Questão 07: B	Questão 22: C	Questão 37: A	Questão 52: C
Questão 08: A	Questão 23: D	Questão 38: D	Questão 53: D
Questão 09: A	Questão 24: D	Questão 39: A	Questão 54: A
Questão 10: C	Questão 25: D	Questão 40: D	Questão 55: D
Questão 11: C	Questão 26: A	Questão 41: A	Questão 56: D
Questão 12: B	Questão 27: C	Questão 42: B	Questão 57: C
Questão 13: B	Questão 28: D	Questão 43: C	Questão 58: D
Questão 14: D	Questão 29: D	Questão 44: A	Questão 59: B
Questão 15: B	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: D

ANALISTA LEGISLATIVO

ANALISTA DE SISTEMAS

ÁREA I - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Código 204

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: A
---------------	---------------	---------------	---------------

Questão 02: B	Questão 17: B	Questão 32: D	Questão 47: B
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: D	Questão 48: B
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: C	Questão 49: A
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: B	Questão 50: B
Questão 06: C	Questão 21: C	Questão 36: A	Questão 51: B
Questão 07: B	Questão 22: D	Questão 37: B	Questão 52: B
Questão 08: A	Questão 23: B	Questão 38: C	Questão 53: D
Questão 09: A	Questão 24: A	Questão 39: B	Questão 54: C
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: A	Questão 55: C
Questão 11: C	Questão 26: B	Questão 41: A	Questão 56: D
Questão 12: B	Questão 27: A	Questão 42: C	Questão 57: A
Questão 13: B	Questão 28: D	Questão 43: B	Questão 58: B
Questão 14: D	Questão 29: C	Questão 44: B	Questão 59: A
Questão 15: B	Questão 30: B	Questão 45: A	Questão 60: A

ANALISTA LEGISLATIVO

ANALISTA DE SISTEMAS

ÁREA II - ADMINISTRAÇÃO DE REDE

Código 205

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: B
Questão 02: B	Questão 17: B	Questão 32: D	Questão 47: B
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: D	Questão 48: C
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: C	Questão 49: B
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: B	Questão 50: D
Questão 06: C	Questão 21: C	Questão 36: A	Questão 51: D
Questão 07: B	Questão 22: D	Questão 37: B	Questão 52: D

Questão 08: A	Questão 23: B	Questão 38: C	Questão 53: B
Questão 09: A	Questão 24: A	Questão 39: B	Questão 54: C
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: A	Questão 55: C
Questão 11: C	Questão 26: B	Questão 41: C	Questão 56: B
Questão 12: B	Questão 27: A	Questão 42: A	Questão 57: B
Questão 13: B	Questão 28: D	Questão 43: B	Questão 58: D
Questão 14: D	Questão 29: C	Questão 44: A	Questão 59: A
Questão 15: B	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: A

ANALISTA LEGISLATIVO

ANALISTA DE SISTEMAS

ÁREA III - SUPORTE TÉCNICO

Código 206

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: A
Questão 02: B	Questão 17: B	Questão 32: D	Questão 47: B
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: D	Questão 48: B
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: C	Questão 49: D
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: B	Questão 50: D
Questão 06: C	Questão 21: C	Questão 36: A	Questão 51: C
Questão 07: B	Questão 22: D	Questão 37: B	Questão 52: B
Questão 08: A	Questão 23: B	Questão 38: C	Questão 53: C
Questão 09: A	Questão 24: A	Questão 39: B	Questão 54: C
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: A	Questão 55: C
Questão 11: C	Questão 26: B	Questão 41: A	Questão 56: B
Questão 12: B	Questão 27: A	Questão 42: B	Questão 57: B
Questão 13: B	Questão 28: D	Questão 43: A	Questão 58: D
Questão 14: D	Questão 29: C	Questão 44: B	Questão 59: A

Questão 15: B	Questão 30: B	Questão 45: B	Questão 60: A
---------------	---------------	---------------	---------------

ANALISTA LEGISLATIVO

ARQUITETO

Código 207

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: D	Questão 46: B
Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: A	Questão 47: A
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: B	Questão 48: B
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: C	Questão 49: A
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: B	Questão 50: B
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: D	Questão 51: C
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: B	Questão 52: C
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: D	Questão 53: D
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: A	Questão 54: B
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: B	Questão 55: D
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: D	Questão 56: C
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: B	Questão 57: C
Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: C	Questão 58: C
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: D	Questão 59: A
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: B	Questão 60: D

ANALISTA LEGISLATIVO

ARQUIVISTA

Código 208

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: A	Questão 46: B
Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: B	Questão 47: A
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: C	Questão 48: C
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: D	Questão 49: D

Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: A	Questão 50: A
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: D	Questão 51: D
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: D	Questão 52: C
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: C	Questão 53: B
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: B	Questão 54: A
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: B	Questão 55: C
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: A	Questão 56: B
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: D	Questão 57: A
Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: C	Questão 58: A
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: A	Questão 59: B
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: C

ANALISTA LEGISLATIVO

ASSISTENTE SOCIAL

Código 209

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: D	Questão 46: A
Questão 02: B	Questão 17: B	Questão 32: C	Questão 47: C
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: C	Questão 48: D
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: D	Questão 49: C
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: B	Questão 50: A
Questão 06: C	Questão 21: A	Questão 36: C	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: C	Questão 37: B	Questão 52: D
Questão 08: A	Questão 23: D	Questão 38: A	Questão 53: B
Questão 09: A	Questão 24: D	Questão 39: B	Questão 54: A
Questão 10: C	Questão 25: D	Questão 40: B	Questão 55: B
Questão 11: C	Questão 26: A	Questão 41: A	Questão 56: C
Questão 12: B	Questão 27: C	Questão 42: A	Questão 57: D

Questão 13: B	Questão 28: D	Questão 43: C	Questão 58: A
Questão 14: D	Questão 29: D	Questão 44: C	Questão 59: B
Questão 15: B	Questão 30: B	Questão 45: B	Questão 60: D

ANALISTA LEGISLATIVO

BIBLIOTECÁRIO

Código 210

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: C	Questão 46: D
Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: B	Questão 47: C
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: C	Questão 48: D
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: A	Questão 49: D
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: D	Questão 50: A
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: D	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: B	Questão 52: D
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: B	Questão 53: A
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: B	Questão 54: B
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: B	Questão 55: A
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: D	Questão 56: D
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: C	Questão 57: A
Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: A	Questão 58: D
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: D	Questão 59: B
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: D

ANALISTA LEGISLATIVO

CONSULTOR ADMINISTRATIVO

Código 211

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: B	Questão 46: C
---------------	---------------	---------------	---------------

Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: D	Questão 47: B
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: C	Questão 48: C
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: D	Questão 49: C
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: A	Questão 50: A
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: B	Questão 51: B
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: C	Questão 52: D
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: C	Questão 53: C
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: B	Questão 54: C
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: A	Questão 55: B
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: B	Questão 56: C
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: A	Questão 57: B
Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: B	Questão 58: D
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: B	Questão 59: A
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: B

ANALISTA LEGISLATIVO

CONSULTOR EM DIREITO

ÁREA I - DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Código 212

Questão 01: B	Questão 16: B	Questão 31: B	Questão 46: A
Questão 02: D	Questão 17: A	Questão 32: D	Questão 47: B
Questão 03: C	Questão 18: C	Questão 33: B	Questão 48: B
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: D	Questão 49: A
Questão 05: A	Questão 20: D	Questão 35: A	Questão 50: C
Questão 06: A	Questão 21: C	Questão 36: D	Questão 51: B
Questão 07: D	Questão 22: D	Questão 37: C	Questão 52: D
Questão 08: C	Questão 23: D	Questão 38: D	Questão 53: B

Questão 09: D	Questão 24: B	Questão 39: C	Questão 54: A
Questão 10: B	Questão 25: B	Questão 40: C	Questão 55: D
Questão 11: D	Questão 26: C	Questão 41: D	Questão 56: A
Questão 12: D	Questão 27: B	Questão 42: B	Questão 57: A
Questão 13: C	Questão 28: D	Questão 43: A	Questão 58: C
Questão 14: C	Questão 29: D	Questão 44: C	Questão 59: C
Questão 15: B	Questão 30: A	Questão 45: D	Questão 60: B

ANALISTA LEGISLATIVO

CONSULTOR EM DIREITO

ÁREA II - DIREITO TRIBUTÁRIO

Código 213

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: D	Questão 46: C
Questão 02: D	Questão 17: D	Questão 32: B	Questão 47: D
Questão 03: A	Questão 18: D	Questão 33: A	Questão 48: B
Questão 04: A	Questão 19: B	Questão 34: C	Questão 49: D
Questão 05: C	Questão 20: B	Questão 35: D	Questão 50: B
Questão 06: D	Questão 21: D	Questão 36: A	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: D	Questão 37: B	Questão 52: C
Questão 08: D	Questão 23: A	Questão 38: B	Questão 53: B
Questão 09: C	Questão 24: A	Questão 39: A	Questão 54: A
Questão 10: C	Questão 25: D	Questão 40: C	Questão 55: B
Questão 11: B	Questão 26: A	Questão 41: B	Questão 56: B
Questão 12: B	Questão 27: A	Questão 42: A	Questão 57: D
Questão 13: A	Questão 28: D	Questão 43: B	Questão 58: A
Questão 14: C	Questão 29: C	Questão 44: A	Questão 59: C
Questão 15: A	Questão 30: C	Questão 45: D	Questão 60: B

ANALISTA LEGISLATIVO

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREAS: I a VII

Códigos: 214 a 220

Questão 01: D	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: A
Questão 02: A	Questão 17: D	Questão 32: C	Questão 47: B
Questão 03: B	Questão 18: C	Questão 33: A	Questão 48: B
Questão 04: C	Questão 19: C	Questão 34: C	Questão 49: B
Questão 05: A	Questão 20: B	Questão 35: C	Questão 50: D
Questão 06: B	Questão 21: D	Questão 36: B	Questão 51: B
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: A	Questão 52: B
Questão 08: D	Questão 23: D	Questão 38: B	Questão 53: B
Questão 09: D	Questão 24: A	Questão 39: C	Questão 54: D
Questão 10: C	Questão 25: A	Questão 40: A	Questão 55: D
Questão 11: C	Questão 26: B	Questão 41: B	Questão 56: D
Questão 12: A	Questão 27: D	Questão 42: B	Questão 57: D
Questão 13: C	Questão 28: D	Questão 43: C	Questão 58: D
Questão 14: D	Questão 29: B	Questão 44: B	Questão 59: D
Questão 15: D	Questão 30: C	Questão 45: B	Questão 60: C

ANALISTA LEGISLATIVO

CONSULTOR DO PROCESSO LEGISLATIVO

Código 221

Questão 01: B	Questão 16: D	Questão 31: C	Questão 46: C
Questão 02: B	Questão 17: D	Questão 32: B	Questão 47: B
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: B	Questão 48: B
Questão 04: D	Questão 19: B	Questão 34: D	Questão 49: B
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: B	Questão 50: D

Questão 06: D	Questão 21: D	Questão 36: C	Questão 51: D
Questão 07: C	Questão 22: A	Questão 37: B	Questão 52: C
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: A	Questão 53: D
Questão 09: A	Questão 24: A	Questão 39: A	Questão 54: D
Questão 10: A	Questão 25: C	Questão 40: B	Questão 55: B
Questão 11: C	Questão 26: D	Questão 41: B	Questão 56: A
Questão 12: B	Questão 27: D	Questão 42: A	Questão 57: D
Questão 13: D	Questão 28: D	Questão 43: D	Questão 58: B
Questão 14: C	Questão 29: D	Questão 44: B	Questão 59: B
Questão 15: C	Questão 30: D	Questão 45: D	Questão 60: C

ANALISTA LEGISLATIVO

ENGENHEIRO CIVIL

Código 222

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: D	Questão 46: D
Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: C	Questão 47: C
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: D	Questão 48: D
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: D	Questão 49: C
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: C	Questão 50: A
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: A	Questão 51: D
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: D	Questão 52: B
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: A	Questão 53: D
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: C	Questão 54: C
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: A	Questão 55: D
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: B	Questão 56: A
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: D	Questão 57: B

Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: C	Questão 58: B
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: A	Questão 59: C
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: B	Questão 60: D

ANALISTA LEGISLATIVO

ENGENHEIRO ELETRICISTA

Código 223

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: C	Questão 46: B
Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: B	Questão 47: D
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: C	Questão 48: C
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: D	Questão 49: D
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: B	Questão 50: B
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: C	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: C	Questão 52: C
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: B	Questão 53: B
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: C	Questão 54: B
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: A	Questão 55: C
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: D	Questão 56: A
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: D	Questão 57: C
Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: A	Questão 58: D
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: D	Questão 59: B
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: D

ANALISTA LEGISLATIVO

ENGENHEIRO MECÂNICO

Código 224

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: B	Questão 46: A
---------------	---------------	---------------	---------------

Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: A	Questão 47: D
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: B	Questão 48: B
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: A	Questão 49: C
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: A	Questão 50: B
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: A	Questão 51: C
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: C	Questão 52: D
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: D	Questão 53: A
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: C	Questão 54: A
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: C	Questão 55: C
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: D	Questão 56: A
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: C	Questão 57: C
Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: B	Questão 58: B
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: B	Questão 59: A
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: B

ANALISTA LEGISLATIVO

ENGENHEIRO EM TELECOMUNICAÇÕES

Código 225

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: D	Questão 46: C
Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: A	Questão 47: A
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: A	Questão 48: B
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: C	Questão 49: C
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: C	Questão 50: B
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: B	Questão 51: C
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: C	Questão 52: D
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: C	Questão 53: B
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: A	Questão 54: D

Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: A	Questão 55: B
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: B	Questão 56: B
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: A	Questão 57: C
Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: A	Questão 58: C
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: A	Questão 59: B
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: D

ANALISTA LEGISLATIVO

HISTORIADOR

Código 226

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: B	Questão 46: B
Questão 02: B	Questão 17: B	Questão 32: D	Questão 47: C
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: B	Questão 48: D
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: B	Questão 49: D
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: D	Questão 50: C
Questão 06: C	Questão 21: C	Questão 36: A	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: A	Questão 37: C	Questão 52: C
Questão 08: A	Questão 23: D	Questão 38: B	Questão 53: C
Questão 09: A	Questão 24: D	Questão 39: B	Questão 54: C
Questão 10: C	Questão 25: C	Questão 40: D	Questão 55: A
Questão 11: C	Questão 26: B	Questão 41: C	Questão 56: C
Questão 12: B	Questão 27: A	Questão 42: A	Questão 57: B
Questão 13: B	Questão 28: C	Questão 43: B	Questão 58: C
Questão 14: D	Questão 29: B	Questão 44: A	Questão 59: A
Questão 15: B	Questão 30: A	Questão 45: A	Questão 60: A

ANALISTA LEGISLATIVO

JORNALISTA

ÁREAS I a V

Códigos: 227 a 231

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: C	Questão 46: A
Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: C	Questão 47: D
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: D	Questão 48: B
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: C	Questão 49: B
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: D	Questão 50: C
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: B	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: D	Questão 52: D
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: A	Questão 53: B
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: D	Questão 54: B
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: A	Questão 55: B
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: B	Questão 56: B
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: D	Questão 57: B
Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: C	Questão 58: C
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: A	Questão 59: C
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: B	Questão 60: C

ANALISTA LEGISLATIVO

MÉDICO

Código 232

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: D
Questão 02: B	Questão 17: B	Questão 32: A	Questão 47: D
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: A	Questão 48: D
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: C	Questão 49: B
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: C	Questão 50: B
Questão 06: C	Questão 21: A	Questão 36: A	Questão 51: D

Questão 07: B	Questão 22: C	Questão 37: A	Questão 52: A
Questão 08: A	Questão 23: D	Questão 38: C	Questão 53: A
Questão 09: A	Questão 24: D	Questão 39: C	Questão 54: D
Questão 10: C	Questão 25: D	Questão 40: A	Questão 55: C
Questão 11: C	Questão 26: A	Questão 41: D	Questão 56: D
Questão 12: B	Questão 27: C	Questão 42: B	Questão 57: B
Questão 13: B	Questão 28: D	Questão 43: D	Questão 58: C
Questão 14: D	Questão 29: D	Questão 44: D	Questão 59: C
Questão 15: B	Questão 30: B	Questão 45: C	Questão 60: A

ANALISTA LEGISLATIVO

MÉDICO CARDIOLOGISTA

Código 233

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: D
Questão 02: B	Questão 17: B	Questão 32: A	Questão 47: D
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: A	Questão 48: D
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: C	Questão 49: B
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: C	Questão 50: B
Questão 06: C	Questão 21: A	Questão 36: A	Questão 51: C
Questão 07: B	Questão 22: C	Questão 37: A	Questão 52: D
Questão 08: A	Questão 23: D	Questão 38: C	Questão 53: B
Questão 09: A	Questão 24: D	Questão 39: C	Questão 54: B
Questão 10: C	Questão 25: D	Questão 40: A	Questão 55: A
Questão 11: C	Questão 26: A	Questão 41: D	Questão 56: A
Questão 12: B	Questão 27: C	Questão 42: B	Questão 57: C
Questão 13: B	Questão 28: D	Questão 43: D	Questão 58: C

Questão 14: D	Questão 29: D	Questão 44: D	Questão 59: D
Questão 15: B	Questão 30: B	Questão 45: C	Questão 60: B

ANALISTA LEGISLATIVO

MÉDICO DO TRABALHO

Código 234

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: A	Questão 46: D
Questão 02: B	Questão 17: B	Questão 32: A	Questão 47: D
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: A	Questão 48: D
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: C	Questão 49: B
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: C	Questão 50: B
Questão 06: C	Questão 21: A	Questão 36: A	Questão 51: A
Questão 07: B	Questão 22: C	Questão 37: A	Questão 52: D
Questão 08: A	Questão 23: D	Questão 38: C	Questão 53: C
Questão 09: A	Questão 24: D	Questão 39: C	Questão 54: B
Questão 10: C	Questão 25: D	Questão 40: A	Questão 55: B
Questão 11: C	Questão 26: A	Questão 41: D	Questão 56: C
Questão 12: B	Questão 27: C	Questão 42: B	Questão 57: C
Questão 13: B	Questão 28: D	Questão 43: D	Questão 58: B
Questão 14: D	Questão 29: D	Questão 44: D	Questão 59: D
Questão 15: B	Questão 30: B	Questão 45: C	Questão 60: B

ANALISTA LEGISLATIVO

PROGRAMADOR VISUAL

ÁREAS I e II

Códigos: 235 a 236

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: D	Questão 46: A
Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: B	Questão 47: A

Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: D	Questão 48: D
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: C	Questão 49: A
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: A	Questão 50: D
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: B	Questão 51: C
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: C	Questão 52: A
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: A	Questão 53: C
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: B	Questão 54: D
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: D	Questão 55: B
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: D	Questão 56: C
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: A	Questão 57: A
Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: A	Questão 58: D
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: C	Questão 59: D
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: C

ANALISTA LEGISLATIVO

PSICÓLOGO

Questão 01: C	Questão 16: C	Questão 31: B	Questão 46: C
Questão 02: B	Questão 17: B	Questão 32: A	Questão 47: A
Questão 03: B	Questão 18: A	Questão 33: D	Questão 48: B
Questão 04: D	Questão 19: A	Questão 34: C	Questão 49: C
Questão 05: D	Questão 20: B	Questão 35: A	Questão 50: D
Questão 06: C	Questão 21: A	Questão 36: D	Questão 51: D
Questão 07: B	Questão 22: C	Questão 37: B	Questão 52: C
Questão 08: A	Questão 23: D	Questão 38: C	Questão 53: A
Questão 09: A	Questão 24: D	Questão 39: D	Questão 54: B

Questão 10: C	Questão 25: D	Questão 40: A	Questão 55: A
Questão 11: C	Questão 26: A	Questão 41: B	Questão 56: C
Questão 12: B	Questão 27: C	Questão 42: B	Questão 57: B
Questão 13: B	Questão 28: D	Questão 43: C	Questão 58: D
Questão 14: D	Questão 29: D	Questão 44: A	Questão 59: B
Questão 15: B	Questão 30: B	Questão 45: D	Questão 60: C

ANALISTA LEGISLATIVO

REDATOR REVISOR

Código 238

Questão 01: A	Questão 16: B	Questão 31: C	Questão 46: C
Questão 02: B	Questão 17: A	Questão 32: D	Questão 47: B
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: C	Questão 48: A
Questão 04: A	Questão 19: B	Questão 34: A	Questão 49: A
Questão 05: C	Questão 20: B	Questão 35: C	Questão 50: B
Questão 06: A	Questão 21: D	Questão 36: A	Questão 51: B
Questão 07: C	Questão 22: B	Questão 37: A	Questão 52: A
Questão 08: D	Questão 23: C	Questão 38: C	Questão 53: D
Questão 09: B	Questão 24: C	Questão 39: B	Questão 54: B
Questão 10: A	Questão 25: D	Questão 40: A	Questão 55: D
Questão 11: A	Questão 26: C	Questão 41: C	Questão 56: C
Questão 12: D	Questão 27: B	Questão 42: B	Questão 57: B
Questão 13: B	Questão 28: D	Questão 43: B	Questão 58: B
Questão 14: A	Questão 29: B	Questão 44: D	Questão 59: B
Questão 15: C	Questão 30: C	Questão 45: B	Questão 60: D

ANALISTA LEGISLATIVO

RELAÇÕES PÚBLICAS

Código 239

Questão 01: C	Questão 16: D	Questão 31: C	Questão 46: C
Questão 02: A	Questão 17: A	Questão 32: A	Questão 47: D
Questão 03: D	Questão 18: B	Questão 33: A	Questão 48: B
Questão 04: B	Questão 19: D	Questão 34: B	Questão 49: B
Questão 05: B	Questão 20: C	Questão 35: D	Questão 50: C
Questão 06: D	Questão 21: C	Questão 36: B	Questão 51: D
Questão 07: B	Questão 22: B	Questão 37: C	Questão 52: A
Questão 08: D	Questão 23: B	Questão 38: B	Questão 53: B
Questão 09: D	Questão 24: D	Questão 39: D	Questão 54: A
Questão 10: C	Questão 25: B	Questão 40: D	Questão 55: C
Questão 11: B	Questão 26: C	Questão 41: C	Questão 56: A
Questão 12: B	Questão 27: B	Questão 42: B	Questão 57: B
Questão 13: A	Questão 28: A	Questão 43: A	Questão 58: D
Questão 14: A	Questão 29: A	Questão 44: D	Questão 59: B
Questão 15: D	Questão 30: B	Questão 45: A	Questão 60: A

Edital nº 1/2007

Analista Legislativo

Taquígrafo – Código 240

Prova Prática – Taquigrafia/Velocidade

Texto ditado na prova a que se refere o item 41.1.1

Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham nas galerias e pela TV Assembléia.

Ocupo a tribuna para reforçar a tese de que uma nação só é verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos têm acesso a uma educação de qualidade.

Pesquisadores consideram a educação um dos fatores mais importantes para o progresso de uma nação. Argumentam que ela é a base para o desenvolvimento econômico, social e político porque diminui a desigualdade, reduz a criminalidade e promove o crescimento econômico. Afirmam também que, com a produção de conhecimentos, um país cresce e proporciona melhor qualidade de vida aos cidadãos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996 (6), trouxe grande avanço ao sistema de educação de nosso país. Essa lei tem como objetivo tornar a escola um espaço de participação social e valorizar a pluralidade cultural, a formação do cidadão, a democracia e o respeito.

Pesquisas na área educacional apontam que um terço dos brasileiros freqüentam diariamente a escola. São mais de 3 milhões de professores e 57 (3) milhões de estudantes matriculados em todos os níveis de ensino.

Outra importante pesquisa realizada recentemente mostra queda no índice de analfabetismo em nosso país, nos últimos 10 anos. Em 1992 (6), o número de analfabetos correspondia a 17% (3) da população. Esse índice caiu para 11% (3) em 2002 (4). Em 2006 (4), 97% (5) das

crianças de 7 a 14 anos freqüentavam a escola.

Nos últimos anos, a queda no índice de analfabetismo no Brasil deve-se, principalmente, aos investimentos em educação. Governos municipais e estaduais têm dedicado atenção especial a essa área. Programas de bolsa-educação têm tirado milhares de crianças do trabalho infantil para ingressarem nos bancos escolares. Programas de educação para jovens e adultos também têm favorecido esse avanço educacional. O acesso da nossa juventude à educação promove a redução das desigualdades regionais, especialmente nas regiões mais pobres do Brasil. Todo esse grande esforço, aliado a políticas de valorização dos professores, principalmente em regiões carentes, tem resultado em dados positivos.

É importante destacar que o índice de repetência escolar tem diminuído nos últimos anos. A repetência afasta muitos jovens da escola. Esse quadro tem mudado a partir de reformas no sistema de ensino, que está valorizando cada vez mais o aluno e oferecendo a ele oportunidades de recuperação. A escola ganhou mais vida e significado para os estudantes.

Contudo, ao olharmos para o cenário atual da educação brasileira, fica claro que estamos distantes de um ensino de qualidade. Mudar esse cenário é possível e depende do esforço de todos. Passar da educação que temos para a educação que queremos depende de uma nova atitude e de conquistas no dia-a-dia por parte de alunos, professores, pais, cidadãos e governo.

É uma longa trajetória, que depende de atitudes concretas, desenvolvidas a partir de um planejamento integrado. Se o Brasil decidir que a educação é sua prioridade número um, oferecerá às novas gerações um futuro melhor e criará condições necessárias para seu desenvolvimento social e econômico.

Conforme declarou um especialista da área de educação, "se quisermos ter educação de qualidade para todos, temos que ter **todos pela qualidade da educação**".

ATAS

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/3/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento da Deputada Elisa Costa; questão de ordem; leitura e votação do requerimento; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.197; questões de ordem; leitura de trechos do veto; questão de ordem; requerimento da Deputada Elisa Costa; deferimento; votação secreta do veto ao art. 8º da Proposição de Lei nº 18.197; manutenção; votação secreta do veto ao § 61 acrescido ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 1975, pelo art. 1º da Proposição de Lei nº 18.197; manutenção; declaração de voto - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.250; manutenção; declaração de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Paulo Cesar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento da Deputada Elisa Costa, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.251 seja apreciado logo após o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256.

Questão de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, só para esclarecer os Deputados, peço a V. Exa. que solicite novamente a leitura do requerimento, para que possam posicionar-se.

O Sr. Presidente - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do requerimento.

O Sr. Secretário (Deputado Lafayette de Andrada) - (- Lê o requerimento.) Ou seja, o Veto à Proposição de Lei nº 18.251 passa a ser o último veto a ser apreciado.

O Deputado Irani Barbosa - E qual passa para a frente?

O Sr. Secretário - O primeiro permanece como está, e o terceiro, o Veto à Proposição de Lei nº 18.251, vai para o final dos vetos. Repito: o primeiro permanece como está.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel, que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Eu voto "sim", Sr. Presidente.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Deputado Ruy Muniz - Sr. Presidente, meu voto também é "sim".

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, ratificada a aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.197, que altera as Leis nºs 6.763, de 26/12/1975, que consolida a legislação tributária do Estado; 12.733, de 30/12/1997, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado; 14.937, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -; e 16.318, de 11/8/2006, que dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa com o objetivo de estimular a realização de projetos desportivos no Estado; revoga a Lei nº 13.470, de 17/1/2000, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais; e o art. 10 da Lei nº 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Questões de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Gostaria de esclarecer algumas questões e, para isso, peço a V. Exa. um pouco de paciência. Alguns comentários feitos na Casa levam-nos a um raciocínio às vezes lógico e às vezes apaixonado. Hoje, por exemplo, quando conversava com o Deputado Hely Tarquínio e outros, perguntei-lhe se, caso eu tivesse de me submeter a uma cirurgia de estômago, de pulmão, ou qualquer outra, ele a faria sem olhar o diagnóstico e os exames de imagem. Ele me respondeu: "Impossível. Para se fazer uma cirurgia, tem de se ver as radiografias, exames e fazer o diagnóstico do paciente". Gostaria de dizer que esse foi um comentário sem nenhum nível de crítica, mas dou-me o direito de fazê-lo. Ao Deputado Hely Tarquínio, membro da Comissão de mérito desta Casa, foi-lhe impedido saber quem são os beneficiários da anistia. Resultado: estamos fazendo uma cirurgia sem saber o diagnóstico do paciente. Isso é temerário, Sr. Presidente. Veja V. Exa. que, em outro ponto, aqui revogamos o art. 10 da Lei nº 14.066, de 22/11/2001, que dispõe sobre a proteção dos consumidores de combustíveis e dá outras providências. Sr. Presidente, votamos aqui, não sei se há dois, quatro, seis - não lembro há quanto tempo -, o projeto de lei do Deputado Leonardo Moreira, em que se estabelecia e determinava que o controle de combustíveis, desde a saída da Petrobras, ao entrar na tancagem das distribuidoras, das megadistribuidoras, e daí para a frente, seria controlado por um lacre eletrônico - e hoje há 10, 15 empresas diferentes que o fabricam -, e protegeria o consumidor, inclusive da gasolina "batizada", roubada. Alguns - posso afirmar que é verdade - dizem que a gasolina roubada, que a gasolina "batizada", já sai direto das grandes empresas. Por exemplo, devido à corrupção, que não é usual neste país, seria feito o seguinte: alguém encomenda 10 milhões de litros de gasolina, tendo só de transferir de tanque para a distribuidora ao lado. Aí, o sujeito, ao invés de mandar os 10 milhões de litros, mandaria 15 milhões de litros. Um acertinho por fora aqui, um acertinho por fora ali... E a grande empresa, que tem sua base ali do lado, bem ali do ladinho, manda essa gasolina sem nota para desová-la, e essa gasolina sem nota aproveita e dá um passeio, vai para às "batizadoras", passa nas igrejas - obviamente, para receber o batismo ou, em alguns casos, a extrema-unção. E temos uma lei, Sr. Presidente, que protege o consumidor, porque cria o lacre eletrônico, e haveria fiscalização desde a saída da Petrobras até a entrada nas tancagens das grandes empresas; no transporte do caminhão até o posto de gasolina; e, da entrada daquele combustível na bomba, no tanque de gasolina no posto até sua saída final, na bomba, ele seria acompanhado, assim como os países europeus acompanham o boi na nossa fazenda, a uva que aqui é produzida e vai para os supermercados da Europa. E só falta uma coisinha nessa lei: regulamentação. E ela não se encontra regulamentada porque isso interessa aos fiscais leais da Secretaria de Fazenda, ou será porque iria medir o quanto de combustível gasta uma empresa de ônibus, quanto entrou no tanque do posto de gasolina e quanto saiu. Pedi ao meu grande amigo Lafayette de Andrada que fizesse a leitura de dois trechos para saber se eu estava confuso - e continuo confuso ainda, porque não entendo como se manda, num projeto de lei, um artigo beneficiando as cooperativas e, nas razões do veto, eloqüentemente... Gostaria que V. Exa. solicitasse a leitura do veto e do projeto, para mostrarmos aos Deputados desta Casa onde estão as confusões e as coincidências que tanto "desassemelham", como dizem os eloqüentes e grandes técnicos da nossa Secretaria de Fazenda, que vazam governos, governos e governos, e todo ano ocorre essa anistia famigerada que prejudica o cidadão que anda direito, paga seus impostos em dia.

O Sr. Presidente - V. Exa. tem experiência pelos vários mandatos nesta Casa. Informo ao Deputado Irani Barbosa que esse projeto tramitou aqui, foi constituída comissão especial, que teve a oportunidade de discutir o tema. O veto foi publicado no dia 9/2/2008. Portanto, os 77 Deputados tiveram a oportunidade de tomar conhecimento, debater e discutir a matéria, que ficou em discussão no Plenário por seis reuniões. Sendo assim, não vejo por que o Deputado dizer que existe desconhecimento da causa. Estamos num processo de votação.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, há desconhecimento da Casa porque o projeto passou pela comissão de veto e nem sequer ficou semelhante àquele que aprova benefícios para as cooperativas - algumas, é óbvio -, excluindo as cooperativas de taxistas. Não estou pedindo nada que não seja um direito, ou seja, a leitura do que está sendo votado. Somente isso.

O Sr. Presidente - V. Exa. solicita a leitura do veto que está na pauta?

O Deputado Irani Barbosa - De todo o processo do veto que chegou a esta Casa, Sr. Presidente. É um direito.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado que são mais de 40 páginas.

O Deputado Irani Barbosa - Que fossem mil páginas, Sr. Presidente. Temos o direito de pedir a leitura.

O Sr. Presidente - Temos a oportunidade, neste Plenário, de discutir todas as propostas e proposições. Sinto muito, porque, às vezes, não existe quórum necessário para isso.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, isso não é problema meu. São 77 Deputados, e sou um deles.

O Sr. Presidente - Solicito ao Sr. Secretário que proceda apenas à leitura dos dois dispositivos vetados.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, solicitei a leitura das razões do veto, e o processo tem de ser lido de capa a capa. Essa não é a vontade do Presidente.

O Deputado Lafayette de Andrada - Pela ordem, Sr. Presidente. Indago à Presidência, e talvez isso possa satisfazer o Deputado Irani Barbosa, se não seria melhor fazer a leitura dos dois artigos que foram vetados e as razões do veto.

O Deputado Irani Barbosa - O § 42 do projeto que veio para ser votado nesta Casa e as razões do veto. Diante da mesma coisa, mas para beneficiar taxistas, foi vetado pelo governo. Invocaram até o Papa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura dos dispositivos vetados e das razões do veto.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, gostaria que fosse feita a leitura do parágrafo que veio com o projeto. Dessa forma, as razões do veto ficarão no original.

O Sr. Secretário (Deputado Lafayette de Andrada) - Vou ler o § 42 do art. 7º: "Fica o Poder Executivo autorizado, na forma, no prazo e nas condições previstas em regulamento a reduzir para 0% a carga tributária das operações internas com mercadoria de propriedade do cooperado ou associado e a ele destinada, quando promovidas pela cooperativa ou associação de que faça parte, instituída para cumprir as obrigações em nome de seus filiados e detentora de inscrição coletiva no cadastro de contribuintes do ICMS nos termos do regulamento."

O Deputado Irani Barbosa - Agora gostaria que V. Exa. lesse as razões do veto. Não precisa ser todo o veto, somente a parte que fala dos taxistas, Sr. Presidente. Somente isso.

O Sr. Secretário - Razões do veto ao § 61. "A proposição de lei em epígrafe origina-se do Projeto de Lei nº 1.585/2007, de autoria do Poder Executivo, encaminhado à Assembléia Legislativa por meio da Mensagem nº 99/2007. Em sua tramitação na Casa Legislativa, o referido projeto de lei sofreu diversas modificações, decorrentes de emendas apresentadas pelos nobres Parlamentares. Uma destas emendas restou aprovada sob a forma de § 61 do art. 12 da Lei nº 6.763, de 1975, constante do art. 1º da Proposição de Lei nº 18.197, que pretende reduzir para 3% (três por cento) a alíquota do ICMS incidente sobre as operações internas com gás natural veicular, gasolina e álcool para fins carburantes destinados a cooperativas de táxis, para uso de seus cooperados. Tal dispositivo padece de vício de inconstitucionalidade ao se contrapor ao preceito constitucional insculpido na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, em razão da matéria nele tratada depender, para produção regular dos efeitos jurídicos que lhes são próprios, de prévia aprovação em deliberação consensual dos Estados na forma prevista pela Lei Complementar Federal nº 24, de 1975."

É citada aqui também uma ação direta de inconstitucionalidade, e penso que esse é o texto que V. Exa. gostaria que fosse lido. "A Constituição Federal outorga aos Estados e ao Distrito Federal a competência para instituir o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e para conceder isenção, mas, ao mesmo tempo, proíbe o tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem na mesma situação econômica. Observância aos princípios da igualdade, da isonomia e da liberdade de associação. Ademais da flagrante ofensa ao princípio da isonomia tributária, a renúncia tributária decorrente da redução da tributação relativa ao combustível fornecido aos taxistas redundando em impacto negativo para a receita estadual no montante de R\$6.204.861,00 por mês, totalizando uma renúncia fiscal de R\$74.458.336,00 ao ano, para a qual não se apresentou medida compensatória da perda de receita, nos termos do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101 2000."

Questão de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, estou formulando uma questão de ordem. Não é encaminhamento de votação, mas uma questão de ordem. Gostaria que me fosse respondido pela Presidência qual a diferença que existe entre o artigo do governo no § 42... Ele é diferente daquela emenda que propusemos e foi trabalhada, aliás, pelo Deputado Lafayette de Andrada, cuja família de juristas transcende o descobrimento deste país. Foi feita a analogia. Qual a diferença, Sr. Presidente? Que diferença de inconstitucionalidade existe na cooperativa dos taxistas e nas outras? Será que é alguma cooperativa de mineradores? Será que é alguma cooperativa de grandes empresas aéreas? O cidadão afortunado que tiver um jato a querosene não poderá abastecer com os 3%. Não há diferença desse para o pessoal das grandes empresas. Sr. Presidente, é só com paciência, um pouco de boa vontade e menos subserviência que conseguiremos fazer deste Estado um lugar melhor para se viver, e quem dera até do País.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento da Deputada Elisa Costa, solicitando a votação destacada do veto ao § 61 acrescido ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 1975, pelo art. 1º da Proposição de Lei nº 18.197. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

O Deputado Irani Barbosa - Prevalece a subserviência. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim"; os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto ao art. 8º da Proposição de Lei nº 18.197.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Jayro Lessa - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 42 Deputados. Votaram "não" 2 Deputados. Houve um voto em branco. Está, portanto, mantido o veto ao art. 8º da Proposição de Lei nº 18.197. Em votação, o veto ao § 61 acrescido ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 1975, pelo art. 1º da Proposição de Lei nº 18.197.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Jayro Lessa - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 36 Deputados. Votaram "não" 10 Deputados. Não houve voto em branco. Está, portanto, mantido o veto ao § 61 acrescido ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 1975, pelo art. 1º da Proposição de Lei nº 18.197. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.197. Oficie-se ao Governador do Estado.

Declaração de Voto

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, agradeço aos nove Deputados que se sensibilizaram com o que foi apresentado aqui e lamento por aqueles que rejeitam apoiar os taxistas, mas aceitam apoiar os usineiros, os "canistas" de ICMS e aquelas outras emendas que vimos passar nesta Casa, que, lamentavelmente, vira um balcão de negócios toda vez que há uma anistia, privilegiando o mau contribuinte, o mau mineiro e aquele que hoje contribui para aumentar a dengue em Minas Gerais. Da mesma forma que está começando a assolar Vespasiano, daqui a uns dias veremos isso alastrado por toda a grande Belo Horizonte. É lamentável, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.250, que dispõe sobre o incentivo à inovação tecnológica no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Wander Borges.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 37 Deputados. Votaram "não" 2 Deputados, totalizando 39 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.250. Oficie-se ao Governador do Estado.

Declaração de Voto

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, gostaria de pedir ajuda aos amigos dos grandes empresários mineiros para que sugiram àqueles que querem defender os taxistas que me ajudem a pedir - quem sabe - ao Sr. Robson, Presidente da Fiemg, que compre um táxi e ajude a reduzir, às vezes até para zero, a alíquota do táxi. Ou então pegamos algum usineiro, trazemos aqui e pedimos: "Compre um táxi, que aí nós baixamos até na boca da bomba". Obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 27, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/3/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados João Leite e Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256; discurso do Deputado Vanderlei Miranda; votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; existência de quórum para votação; renovação da votação secreta; manutenção do veto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely

Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Vetos às Proposições de Lei nºs 18.197 e 18.250, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.828/2007 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256, que altera a Lei nº 14.870, de 16/12/2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - Oscip. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, trata-se do veto parcial das Oscips. Num primeiro momento, houve um entendimento a respeito da criação do conselho que vai ajudar na condução do processo das parcerias. Mas, da forma como está colocado, ele alcançava o projeto como um todo, enquanto, na verdade, a intenção era tratar dessa questão das Oscips na relação das parcerias. O PMDB encaminha pela manutenção do veto, lembrando que também está em pauta o Projeto nº 2.162/2008, de minha autoria, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - Oscip. Nesse caso, propõe-se a criação de um conselho específico para atuar junto a essas parcerias, com a intenção de dar muita transparência e deixar claro para a sociedade como isso acontecerá. Acredito que esse conselho poderá nos dar respaldo e tranquilidade em relação a essas parcerias. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de acordo com o art. 261, X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento. A Presidência vai dar início ao processo e, para, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 35 Deputados. Não há quórum para a votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questões de Ordem

O Deputado Getúlio Neiva - Pela ordem, Sr. Presidente. Acho difícil fazer a chamada, pois tentei votar em quatro postos e não consegui. Todos os quatro postos estavam desabilitados. Acho bom fazer uma revisão nesta Casa. Vamos ver se sobra um dinheirinho para fazer a reforma dos postos.

O Deputado Jayro Lessa - Sr. Presidente, se forem reformar os painéis da Assembléia, acho que os elevadores também devem ser reformados, pois cada Deputado perde de 5 a 10 minutos todas as vezes que vai subir para o 2º andar.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Jayro Lessa que essas medidas já foram tomadas. A Presidência verifica, de plano, que já se configurou o quórum para votação, motivo pelo qual vai renovar a votação. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Eros Biondini - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 34 Deputados. Votaram "não" 5 Deputados, totalizando 39 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.256. Ofício-se ao Governador do Estado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/3/2008

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Carlos Pimenta, Antônio Júlio e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Alencar da Silveira Jr. e Fábio Avelar. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a debater, em audiência pública, as implicações decorrentes da transferência do terminal rodoviário de Belo Horizonte, do Centro para o Bairro Calafate e comunica o recebimento de ofício da Promotora de Justiça Marta Alves Larcher justificando sua ausência nesta reunião e prestando esclarecimentos sobre as providências tomadas pela Promotoria de Habitação e Urbanismo em relação ao assunto em discussão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Frederico Stefano de Oliveira Arriero, Procurador-Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Ricardo Lott, Assessor da Presidência da BHtrans; Guilherme Neves, Presidente da Associação SOS Bairros, e Jurema Marteleto Rugani, Diretora de Cidades do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB -, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Délio Malheiros tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 973/2007 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Antônio Júlio); e 1.233/2007 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Délio Malheiros, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Carlos Pimenta - Antônio Júlio.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/3/2008

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Almir Paraca (substituindo este ao Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros, João Leite e Célio Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Juninho Araújo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Djalma Diniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as condições das vias de acesso ao Município de Nova Lima, a apreciar a matéria constante na pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão; e comunica o recebimento de ofício do Sr. Aluísio Augusto Queiroz Braga, Chefe de Gabinete do Ministério dos Transportes, publicado no "Diário do Legislativo" de 15/3/2008. O Deputado Gustavo Valadares, Presidente da Comissão, assume a condução dos trabalhos e interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Luiz Alberto Dias Mendes e Mário Augusto Andrade Neves, respectivamente, Diretor de Operações e Coordenador da 1ª Coordenadoria Regional do DER-MG, representantes do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do mesmo órgão; Ricardo Mendanha Ladeira, Diretor-Presidente da BHTRANS; Carlos Roberto Rodrigues e Jaconias Gomes de Souza, respectivamente, Prefeito e Vice-Prefeito Municipal de Nova Lima; e a Sra. Gorete Senna, editora do "Jornal do Belvedere e Condomínios de Nova Lima", que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença dos Deputados Carlin Moura e Paulo Guedes. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.818/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Guedes, em que solicita seja realizada audiência pública para debater questões referentes ao asfaltamento da BR-367, nos trechos Minas Novas-Virgem da Lapa e Almenara-BR-101; Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação da BR-367 e do Programa Pró-Acesso na região dessa rodovia; Juninho Araújo, em que solicita seja realizada visita ao Ministro dos Transportes, com a participação de representante do DNIT, para obter informações sobre a duplicação da Rodovia BR-381, no trecho Belo Horizonte-Governador Valadares; e Gil Pereira, em que solicita seja formulado apelo ao DNIT com vistas à restauração de ponte no Km 465 da BR-135. Neste momento, retira-se o Deputado Djalma Diniz, substituído pelo Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do BPS. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, em que pede sejam solicitadas às Prefeituras Municipais de Belo Horizonte e Nova Lima informações sobre os empreendimentos licenciados e em análise nas regiões fronteiriças dos mencionados Municípios, especialmente nas áreas da BR-356 e da MG-030; e Bráulio Braz, em que solicita seja formulado apelo ao Ministro dos Transportes com vistas à reconstrução, em caráter de urgência, do pavimento da BR-040, no sentido BH-Rio de Janeiro; e a que seja dada atenção às precárias condições das rodovias federais próximas à Capital mineira; e da Deputada Elisa Costa, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com as de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Política Agropecuária e Agroindustrial para, em audiência pública, debater estratégias para reinserção do Vale do Rio Doce na nova dinâmica de desenvolvimento industrial do Estado, em especial as que busquem viabilizar a instalação da Aracruz Celulose no Município de Governador Valadares. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2008.

Gustavo Valadares, Presidente - Inácio Franco - Neider Moreira.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/3/2008

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a debater, em audiência pública, a construção e a gestão de complexo penitenciário em Ribeirão das Neves. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Herbert José de Almeida Carneiro, Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Belo Horizonte; Gustavo Gorgozinho, Defensor Público do Estado de Minas Gerais e Coordenador de Direitos Humanos da Defensoria Pública; Rodrigo Tôrres Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais; Virgílio Mattos, Doutor em Evolução dos Direitos e Novos Direitos pela USL-Itália e Coordenador do Grupo de Pesquisa "Violência, Criminalidade e Direitos Humanos da Escola de Direito Hélder Câmara; e as Sras. Simone Andréia Silva, Juíza da Vara de Execuções Penais da Comarca de Ribeirão das Neves; Luciana Kéllen Santos Pereira Guedes, Promotora da Vara de Execuções Penais da Comarca de Ribeirão das Neves, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 291/2007, na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Luiz Tadeu Leite, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater a situação dos catadores de material reciclável na área central de Belo Horizonte; e Ruy Muniz, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater a inobservância por parte de empresas de ônibus, da Lei nº 9.760, de 1989, regulamentada pelo Decreto 32.649, de 1991, que concede passe livre aos deficientes físicos, mentais e visuais e às pessoas com idade superior a 65 anos, no transporte coletivo intermunicipal do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/3/2008

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Elisa Costa e o Deputado Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 999 e 1.754/2007, 2.099 e 2.105/2008 (Deputado Walter Tosta); 2.016 e 2.102/2008 (Deputado Domingos Sávio); 1.997 e 2.060/2008 (Deputada Elisa Costa); 2.009 e 2.066/2008 (Deputado Antônio Carlos Arantes), em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.965/2007 e 2.002/2008 (relatora: Deputada Elisa Costa), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.184, 1.405, 1.576, 1.592, 1.728, 1.735, 1.755, 1.861, 1.863, 1.869, 1.882, 1.883, 1.889, 1.896, 1.897, 1.899, 1.901, 1.905 a 1.907, 1.910, 1.913 a 1.915, 1.918 a 1.920, 1.922, 1.923, 1.926, 1.929, 1.936, 1.937, 1.946 e 1.947/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2008.

Rosângela Reis, Presidente - Elisa Costa.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 1º/4/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.251, que institui a Política Estadual de Incentivo à Utilização de Sementes Seleccionadas nas propriedades que se dedicam à agricultura familiar e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física ou visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1 a 3, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa- Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER - MG - a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - Oscip. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 1º/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 2.150/2008, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 1.022 e 1.720/2007, da Deputada Elisa Costa; 1.956/2007, do Deputado Eros Biondini; 1.386/2007, do Deputado Fahim Sawan; 1.976/2007, do Deputado Padre João; 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros; 1.999/2008, do Deputado Wander Borges; 2.100/2008, do Deputado Inácio Franco; 2.122 e 2.123/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.145 e 2.153/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.041/2007, do Deputado Neider Moreira; 1.705/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.862/2007, do Deputado Carlin Moura; 1.871/2007, do Deputado Delvito Alves; 1.893/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.908/2007, do Deputado Wander Borges; 1.955/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 2.018/2008, do Deputado Adalclever Lopes; 2.124/2008, do Deputado Wander Borges; 2.143/2008, do Deputado Fábio Avelar; 2.144/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.147/2008, da Deputada Elisa Costa; 2.148/2008, do Deputado Jayro Lessa; 2.151/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.154/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.156/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.157/2008, da Deputada Elisa Costa; 2.160/2008, do Deputado Roberto Carvalho; 2.161/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.185/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 1º/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.073/2008, do Deputado Walter Tosta; 2.098, 2.101 e 2.113/2008, da Comissão de Participação Popular; 2.119/2008, do Deputado Delvito Alves; 2.128/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 1º/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.067/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 1º/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.108/2008, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 1º/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.973/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.071/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.087/2008, da Comissão de Direitos Humanos; e 2.094/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 3/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública, o incidente ocorrido no Município de Vespasiano, envolvendo o Prefeito local e policiais militares, por ocasião da realização de show durante o carnaval deste ano, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 1º/4/2008, destinada 1, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 18.251, que institui a Política Estadual de Incentivo à Utilização de Sementes Selecionadas nas propriedades que se dedicam à agricultura familiar e dá outras providências; do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física, visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo; 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem; 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais; 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica.; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica; 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica; e 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 31 de março de 2008.

Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente no exercício da Presidência.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/4/2008, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar audiência pública para obter esclarecimentos sobre episódio de violência policial no Município de Corinto, com a presença de convidados e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de março de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ronaldo Magalhães, Ademir Lucas, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/4/2008, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, do Tribunal de Justiça, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de março de 2008.

Weliton Prado, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

18º REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 25/3/2008

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, que há vários anos foi criada pelo Deputado Alencar da Silveira Jr. e que tantos serviços tem prestado a esta Assembléia, bem como a Minas Gerais.

Cumprimento o Prefeito Zinga, da cidade de Catuti, e os amigos que vieram participar da reunião da Comissão de Política Agropecuária, que acontecerá às 15 horas, para tratar da recuperação do algodão na região da Serra Geral. O algodão, chamado ouro branco, foi a grande riqueza da região numa época em que as pessoas tinham pleno emprego; todavia, com o surgimento do bicudo, não mais foi possível produzir essa planta, até que o Prefeito Zinga e os companheiros de Catuti fizessem um movimento por meio do qual conseguiram uma nova semente, ou seja, uma semente geneticamente modificada. Com isso, o algodão passou novamente a ser cultivado na região. Agora, é preciso que o governo federal contribua para que a região volte a produzir e, desse modo, conforme deseja o Presidente Lula, as pessoas tenham uma alternativa de renda, a fim de não permanecerem eternamente dependentes do Bolsa-Família. Para isso, o governo federal terá de determinar uma renegociação de dívida - isso tem de partir de uma definição política. Na verdade, essa renegociação se dará em termos, porque, no Norte de Minas, em virtude da seca ocorrida nos últimos tempos, não há como falar em renegociação, mas sim em perdão de dívidas, principalmente no que se refere aos pequenos produtores, que não terão condições de voltar a produzir. Dessa forma, serão obrigados a deslocar-se de suas terras para as periferias das grandes cidades, que já não suportam o êxodo rural. Agora, essa questão depende, única e exclusivamente, do governo federal, que poderá determinar a renegociação - ou o perdão - das dívidas dos produtores do Nordeste e do Norte de Minas, a fim de que voltem a plantar, produzir.

Sr. Presidente, V. Exa. é um médico competente, mas gostaria de chamar a atenção de todos aqui para o que vem acontecendo no País. No Brasil, temos o sucateamento total da saúde através de uma tabela do SUS que nunca é corrigida. Caro Deputado Eros Biondini, 95% dos procedimentos que estão nessa tabela ficam abaixo do custo, fazendo com que os hospitais se desliguem do SUS ou acabem quebrando.

Hoje temos a dengue em todos os lugares, a falência dos hospitais está acontecendo o tempo todo e há o sucateamento dos aparelhos. A "Folha de S. Paulo" hoje abordou um tema que temos por muitos anos lutado para que aparecesse na mídia, mas que sempre acabava escondido. Então, pelo que se lê hoje, na primeira página desse jornal, 54 mil pessoas no País, só neste ano, estão esperando para fazer radioterapia.

A radioterapia é o tratamento principalmente dado a doenças malignas e é feito através de radiação ionizante. Sou médico radioterapeuta e exerço a função com muito orgulho. Em Montes Claros temos dois serviços: um colocado há mais de 30 anos, o serviço do Cacon, da Fundação Dílson Godinho, Hospital São Lucas, e o outro da Santa Casa.

Meus amigos, o que tem acontecido no País? A tabela não se modifica. Há 30 anos, o governo pagava em torno de US\$25,00 por campo de radiação. Hoje, que o dólar está em seu nível mais baixo, paga-se alguma coisa em torno de US\$9,00, valor que não dá para repor a aparelhagem nem para manter o custeio. No caso, em São Paulo, no Nordeste, no Norte e no Rio de Janeiro, 54 mil brasileiros que dependem do SUS estão na fila. Se a remuneração não dá para manter o custeio, ninguém pode continuar a fazer esse tipo de trabalho.

Em Minas Gerais, felizmente, apesar dessa tabela horrorosa do governo federal, nós, pelo menos, não temos o problema do teto. O governo federal, além de colocar o problema da tabela ínfima que não dá para manter o custeio, ainda coloca um teto que se extingue em todos os Estados da Federação em torno dos dias 15 a 20. Ele finge que o SUS está tratando as pessoas e faz com que quem tem câncer perca, às vezes, a chance de cura, que no Brasil está em torno de 53%.

Em Minas Gerais, quando o teto acaba, os doentes não entram em fila porque, com recursos do Tesouro do Estado, o Governador Aécio Neves e o Secretário Marcus Pestana colocam o restante dos recursos para que os doentes cancerosos que precisam de quimioterapia, de cirurgia ou de radioterapia não tenham o tratamento paralisado. E também os pacientes de hemodiálise.

Temos de atentar bem para essa questão nacional porque não adianta simplesmente o governo fazer uma licitação para comprar aparelhos e colocá-los pelo País. Se não houver remuneração, não há como manter.

Quero falar também da cartelização das pessoas que vendem aparelhos de radioterapia, que é amplamente defendida pela Anvisa nacional. A Anvisa não autoriza o Brasil a comprar um aparelho com dois, três, quatro, cinco anos de uso, que nos Estados Unidos não se usa mais, mas que para nós melhoraria muito a possibilidade de tratar dos pacientes com câncer. A Anvisa não autoriza os Estados, os Municípios e os hospitais a comprar esses aparelhos. Por que isso acontece? Para que as firmas possam vender os aparelhos novos, que custam de US\$700.000,00 a US\$1.000.000,00 para poder engordar as multinacionais que produzem produtos que não são produzidos no nosso país.

Essa é uma triste realidade. Vemos o governo federal continuar fazendo o mesmo, porque alguém não aprovou a CPMF. Havia CPMF no ano passado. Por que isso não foi corrigido? É uma situação vexatória o governo federal não querer reajustar essa tabela.

O Deputado Deiró Marra (em aparte)* - Deputado Arlen, solidarizo-me com V. Exa. ao fazer esse pronunciamento, que estou acompanhando. De fato, em Minas, ainda existem cidades em que esse tratamento é precioso, como as do Alto Paranaíba e Noroeste, onde não temos nenhum Cacon instalado. Existe pedido para Patrocínio e Patos de Minas, mas até hoje não fomos atendidos, porque a Anvisa não libera. Temos lá um equipamento que é uma bomba de cobalto. Existe a possibilidade de sua utilização, mas, como V. Exa. disse, não foi liberado porque tem mais de dois anos de uso. Fizemos pedido para o Hospital do Câncer de Patrocínio há mais de três anos, Deputado Arlen, e até hoje o que conseguimos são respostas evasivas.

A dificuldade existente tanto no Noroeste como no Alto Paranaíba deságua hoje na cidade paulista de Barretos, onde existe um hospital exemplar em relação ao tratamento do câncer. Cidades próximas como Uberaba e Uberlândia não oferecem suporte como Barretos.

Como V. Exa. bem disse, o problema é nacional. Não podemos fechar os olhos, porque o câncer é uma questão a ser discutida em todo o País, encarando-se de frente esse problema dos equipamentos. Muito obrigado.

O Deputado Arlen Santiago* - Deputado Deiró, não adianta simplesmente montar o serviço e ter o Cacon lá. Até no Instituto Nacional do Câncer, existe fila para tratar pacientes com câncer, assim como no Rio de Janeiro, terra do Ministro, que já foi Diretor do Inca e quer resolver a situação. Ficamos tristes ao ver um homem com a competência do Temporão submeter-se aos homens de dinheiro do governo federal, que teimam, cismam em dizer ao Presidente Lula que o problema é apenas a CPMF. Não adianta ter PAC da Saúde, consertar, instalar aparelhos.

Para se ter idéia, Deputado Deiró, a firma que faz manutenção do acelerador linear comprado pelo Inca e doado para a Santa Casa de Montes Claros - onde trabalho, orgulhosamente, com as Dras. Luciane e Adriana, o Ângelo e vários funcionários - quer 20% do faturamento bruto do serviço. São R\$20.000.000,00 por mês. Isso é impossível, tendo em vista a tabela que estipula o pagamento de R\$19,00.

Quero mandar um abraço ao meu competente amigo Dr. Roberto Porto, Presidente da Sociedade Brasileira de Cancerologia e atual dirigente do Ipsemg, que, por sua vez, precisa reajustar sua tabela, que está em R\$20,00. E ele já reajustou para a braquiterapia, pagando o dobro do SUS.

Estamos assistindo à falência do sistema, caros amigos Deiró e Jayro Lessa, a quem concederei aparte daqui a pouco.

Existe um tratamento chamado braquiterapia, que coloca a fonte radioativa ao lado do tumor ou dentro do tumor, e o SUS insiste em que os aparelhos doados pelo Inca não podem tratar os pacientes do SUS, a não ser em caso de câncer do útero. Então, se for caso de câncer de mama ou de esôfago, em que se pode usar esse aparelho, o SUS não paga nada por isso. Aliás, quanto a esse mesmo aparelho existente na Santa Casa, só a troca de sua fonte radioativa, de três em três meses, e a sua manutenção consomem tudo o que o SUS paga para o tratamento das pacientes com câncer de colo de útero, não remunerando nem o hospital, nem os médicos, nem as outras coisas.

Então, hoje, o sistema SUS está baseado em filantropia. Os hospitais filantrópicos têm de ter plano de saúde, doente particular e mais apartamentos, para poder pegar esse dinheiro e subsidiar aquilo que o governo federal insiste em não querer ver - a tabela, que é o maior vexame do mundo. Aliás, há poucos dias, o Ministro esteve aqui, na Associação dos Hospitais de Minas Gerais, e teve muita boa-vontade de ver o problema, sem, no entanto, poder encontrar uma solução, porque o que falta são recursos.

O Deputado Jayro Lessa (em aparte) - Meus parabéns ao Deputado Arlen Santiago, pelo excelente pronunciamento. Quero destacar que, se o governo federal tivesse um Ministro da Saúde como é o Dr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde de Minas Gerais, ele seria muito mais feliz na sua capacitação.

No dia de ontem, o nosso Secretário de Saúde esteve na minha região, Valadares, e também em São Félix de Minas, Mendes Pimentel, Itabirinha, Divino das Laranjeiras, São João do Manteninha, Central de Minas, Mantena, Cuparaque e Nova Belém, e teve a felicidade de entregar à microrregião - ele tem o direito de ir à cidade sozinho, pois não precisa levar nenhum Deputado, porque isso é dinheiro público, do Estado, que não pertence a nenhum Deputado, por não ser verba - cinco microônibus, numa região pobre, que realmente precisa. A capacidade que o Secretário Marcus Pestana tem de articular e fazer com que as coisas aconteçam em Minas Gerais é de suma importância. Tenho certeza de que, quando o Governador Aécio for Presidente da República, ele será o seu Ministro da Saúde, com todo merecimento por tudo que tem feito para Minas Gerais, agradando todos os Prefeitos da região em que foi votado.

O Deputado Arlen Santiago* - Para concluir, caro Presidente Deputado Doutor Viana, e caro amigo Deputado Sebastião Helvécio, realmente estamos assistindo ao sucateamento da saúde, por meio dos aparelhos e dos hospitais. Além disso, a terra do Ministro, o Rio de Janeiro, está sofrendo com o fantástico problema da dengue, que tem ocasionado inúmeras mortes. Precisamos unir-nos, em Minas Gerais, para que Minas levante a sua voz e mostre o caminho a fim de buscarmos sensibilizar o governo federal para mudar a tabela. Do contrário, tudo o que os Estados pretenderem fazer não conseguirão, como já está acontecendo no caso do "apagão" da cirurgia cardíaca. A fila para essa cirurgia está levando à morte milhares de brasileiros, porque o teto é insuficiente e eles não se preocupam em injetar dinheiro novo.

Esperamos que exemplos como os das cooperativas habitacionais paulistas não proliferem pelo Brasil e que consigamos mudar esse jeito de governar, passando o olhar para o povo brasileiro e, principalmente, para a saúde, que está sucateada e que hoje é manchete de primeira página; publica-se que quase 60 mil brasileiros vão perder a chance de curar o câncer e melhorar a sua qualidade de vida porque o governo federal assim o quer.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, bem lembrado. Peço licença a V. Exa. para abrir uma bandeira. O Plenário ficou mais bonito, pois já estava bonito com a presença das Deputadas Maria Lúcia, Elisa Costa e Cecília Ferramenta. Agora, ficou ainda mais bonito.

Sr. Presidente, hoje, neste dia 25/3/2008, nada mais justo do que rendermos nossas homenagens ao Clube Atlético Mineiro - CAM -, o primeiro clube de Minas, com o Villa Nova, a comemorar seu centenário. O maior clube de Minas, o de maior e mais apaixonada torcida. O Deputado Célio Moreira está-me ajudando a prender a bandeira com esses copos; se os copos caírem, a culpa é dele. A bandeira está representando uma torcida, ela derruba copo que não é brincadeira. A água vai ferver. Com apoio de todos os Deputados, de forma unânime, aprovamos, no final

do ano passado, o Dia do Atlético. E já se tornou uma lei com sanção do Presidente desta Casa - o Governador não o fez, mas o Presidente da Assembléia o fez. A partir de agora, todo dia 25 de março passa a ser o Dia do Atlético em todo Estado de Minas Gerais, projeto de lei aprovado por unanimidade por esta Casa.

No ano passado, tive a oportunidade de presidir a reunião especial em homenagem ao Atlético pelo título do Campeonato Mineiro de 2007. Naquele momento, recebi o discurso que seria lido pelo Presidente Alberto Pinto Coelho, que não pôde estar presente. Esse discurso foi escrito pelo Sr. Isalino Albergaria, funcionário desta Casa e filho do ex-Deputado Raimundo Albergaria, e foi elogiado pelos Diretores do CAM, pela torcida que esteve presente e pelas pessoas que nos acompanharam pela TV Assembléia. Nada mais justo, para rendermos nossas homenagens ao CAM no dia do seu centenário, que fazer a leitura desse maravilhoso discurso, muito bem escrito por um funcionário desta Casa - quero crer, atleticano. Antes de iniciar a leitura, concedo aparte ao Deputado Eros Biondini, colega atleticano. Os copos caíram, e a culpa é do Deputado Célio Moreira.

O Deputado Eros Biondini (em aparte)* - Caro amigo atleticano Deputado Gustavo Valadares, nesta comemoração de um dia tão especial, de uma data de celebração, quero aplaudir as palavras de V. Exa. e o CAM pelo seu centenário. Tenho a alegria de ter sido mascote do Atlético desde os 5 anos, e cheguei a entrar muitas vezes em campo com o nobre Deputado João Leite, de quem sou admirador e já o era desde o seu tempo de goleiro do Atlético. E sabemos que a grande maioria desta Casa é atleticana, por isso quero ouvir com bastante atenção a leitura desse texto, que certamente será muito belo. Parabéns ao CAM, e amanhã estaremos todos assistindo ao grande clássico para fechar com chave de ouro essas homenagens.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa. Os copos caíram, mas a bandeira continua intacta e já está do meu lado novamente. O Galo não cai, e, quando cai, sobe de novo.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Em nome dos cruzeirenses da Assembléia Legislativa, venho trazer nosso abraço, nosso cumprimento e nossas congratulações pelos 100 anos do CAM. Não pelas suas qualidades como time de futebol, mas porque o desporto é uma atividade que enobrece nossa gente. O CAM é tradição no Estado - uma grande tradição em Belo Horizonte, uma pequena tradição em Minas Gerais -, e, indiscutivelmente, esses 100 anos são motivo de júbilo para todos os mineiros, de forma especial para o torcedor atleticano. Parabéns à atual diretoria, atual gestão do CAM, e ao clube, pelas festividades dos 100 anos de vida desse time. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa., cujo exemplo deve ser seguido por todos os torcedores do Estado. A rivalidade entre Atlético e Cruzeiro é gostosa e importante, até porque sem um não existiria o outro. Tenho grande amizade pelo colega Deputado Zezé Perrella, um bom amigo e companheiro, e acho que damos o exemplo nesta Casa de como deve ser tratada essa rivalidade entre atleticanos e cruzeirenses: com muito respeito. É claro que, depois de vitórias ou derrotas, vem sempre aquela gozação que faz parte da torcida, mas com muito respeito e sem violência. A paz é o que todos nós, atleticanos e cruzeirenses, pregamos em um momento tão importante como este.

Passo a ler, então, Deputado Rinaldo, também atleticano, o discurso a que me referi. (- Lê:)

"Esta reunião é uma homenagem ao Clube Atlético Mineiro e também à sua importante torcida, símbolo do carinho e do amor que esse clube desperta em todo o nosso Estado. Campeão mineiro 39 vezes, o Atlético, novamente presente na Série A do Campeonato Brasileiro, mostra, ao longo de sua agora centenária história, que é o time que sabe dar a volta por cima, carregado pela intensa paixão dos seus torcedores. O campeonato que (...) comemoramos tem ainda um gosto de retorno do gigante adormecido que superou a tristeza de um rebaixamento para regressar, absolutamente radiante, como Campeão Brasileiro da Série B. Primeiro campeão brasileiro, nosso alvinegro certamente nos reserva surpresas positivas no torneio que agora se inicia. Para isso, contará com o tradicional empurrão para a frente por parte da massa atleticana. Ser atleticano, já disse o cronista Armando Nogueira, é 'unir-se num estado de espírito, compartilhar uma memória e fazer da esperança uma permanente iminência'. A massa atleticana, para Armando Nogueira, é a prova maior de que, acima de tudo, existe a paixão por uma cor, um nome, um símbolo. Com duas curtas sílabas, a palavra 'galo', também um grito de guerra, é aquela que, com mais verdade, expressa o inexplicável dessa paixão. Diante do Atlético todos somos iguais, não importa a posição social. O conjunto de atleticanos é toda uma gente preta e branca, que, dormindo ou não na fila, grita, chora e acredita da mesma maneira. Para Roberto Drummond, ser atleticano é um querer-bem, uma ideologia. É ele quem nos testemunha já ter visto atleticano rasgar a carteira do clube e, logo em seguida, catar os pedaços e colar, como faz o amante com o retrato da amada. Esse amor, também dito por ele, é uma tatuagem, com as iniciais 'CAM' gravadas no coração de cada torcedor. Afinal, que outro clube brasileiro mereceu uma imagem de tamanha força poética como esta: 'Se houver uma camisa branca e preta pendurada no varal durante uma tempestade, o atleticano torce contra o vento'? Raça, garra, paixão são os sentimentos que esta camisa alvinegra desperta tanto nos que a envergam dentro do campo quanto nos que a vestem, cheios de orgulho, nas arquibancadas. Hoje estamos comemorando o centenário do clube, fazendo uma festa do tamanho da sua importância para o povo de Belo Horizonte e de todo o Estado. Certamente, em função dessa festa, novas conquistas e novos títulos se juntarão à lista em que se destaca o tão simbólico Campeão do Gelo, em 1950, quando o time mineiro se apresentou triunfante ao mundo. Que os nossos corações listrados de preto e branco continuem batendo com a mesma emoção, comemorando novas jornadas gloriosas, pois nossa vocação é 'lutar, lutar, lutar, com toda a nossa raça para vencer. Clube Atlético Mineiro, uma vez até morrer'".

Sr. Presidente, esse discurso, muito bem escrito por um servidor desta Casa, é uma das homenagens que hoje podemos fazer ao CAM.

Fiz-me presente na missa do centenário, hoje, pela manhã, na Igreja da Boa Viagem, e pude atestar e comprovar, pessoalmente, que Belo Horizonte e o Estado, hoje, estão em preto e branco, Deputado Ademir Lucas. Ontem, apesar da chuva, do vento e de ser segunda-feira, mais de cinco mil atleticanos se fizeram presentes à porta da sede, para esperar a passagem da segunda-feira para a terça-feira, do dia 24 para o dia 25 de março, para comemorarmos o centenário. Esse é mais um exemplo da força, do amor e da paixão que o atleticano tem pelo seu time. Concedo um aparte ao nobre colega, como já disse, Deputado atleticano Ademir Lucas.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, parafraseando Roberto Drummond, certamente tínhamos ontem, na sede do Atlético, 5 mil atleticanos torcendo contra o vento e contra a chuva. Nesta oportunidade, gostaria de congratular-me com o Clube, na pessoa de seu Presidente, seu pai, com muito orgulho nosso, Ziza Valadares, pelo centenário. São 100 anos de glória, de vitória e, muitas vezes, também de sofrimento, para valorizar a vitória, porque a dor nos ajuda a dar a volta por cima e a celebrar a vitória com mais gosto.

Lembro-me muito de várias passagens do Atlético, desde o Independência até os tempos de hoje; dos grandes artilheiros do Clube - Ubaldo, Denoni, Nilson, Vaduca, Tomazinho -, e de hoje - Marques, Marinho e os que aí estão, passando pelo Reinaldo e pelo Dadá Maravilha. Realmente temos de nos orgulhar, não só os atleticanos mas todo o povo mineiro e brasileiro. São 100 anos de muita luta, muita dificuldade, mas 100 anos marcantes na vida do desporto nacional. Como V. Exa. já disse, na década de 50, Campeão do Gelo; em 70, Campeão Nacional; Campeão da Conmebol, sul-americano. São 39 títulos mineiros; realmente é uma história que orgulha a todos nós, mineiros e brasileiros.

Gostaria que V. Exa. levasse essa nossa mensagem ao Presidente Ziza Valadares, dizendo da nossa satisfação e alegria em estarmos hoje comemorando o centenário do nosso glorioso Clube Atlético Mineiro.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa. o aparte, que muito engrandece meu pronunciamento.

Concedo um aparte, Sr. Presidente, ao responsável pela quebra dos copos aqui, Deputado Célio Moreira, também atleticano.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, com muita honra, dê-me este aparte atleticano. V. Exa. percebeu que o Deputado Carlos Pimenta, quando colocou a mão neste manto, se queimou, e a água, fervendo, caiu.

Com muita satisfação, parablenizo V. Exa. pelo discurso, assim como o nosso glorioso Clube Atlético Mineiro não pelos 100 anos mas pelas alegrias que tem levado a toda a família atleticana. Estamos comemorando com muita garra; a nossa Capital está bonita; em todas as ruas e praças, vêem-se atleticanos e atleticanas com a camisa, a bandeira, a camiseta do Clube Atlético Mineiro, em comemoração ao centenário do Atlético. Quero aqui parabenizar todos os jogadores, a diretoria, todo o plantel do Galo, e dizer que a luta continua. Estaremos, durante toda esta semana, comemorando, com grande festa, o centenário do nosso Galo - Clube Atlético Mineiro.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa. o aparte. Claro que V. Exa. não foi responsável pela queda da bandeira e dos copos - a quebra dos copos. É apenas uma brincadeira.

Concedo um aparte ao colega, também atleticano, Deputado Doutor Rinaldo.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Caro Deputado Gustavo Valadares, quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho nesta luta de atleticano, trazendo sempre o Atlético a esta Assembléia. Hoje o Atlético está comemorando 100 anos, e todos nós, atleticanos, merecemos o abraço de toda a população que torce pelo Galo. Sabemos que é uma torcida bonita, aguerrida, e temos o prazer de participar da família atleticana, de estar sempre no Mineirão, com os nossos filhos, irmãos e amigos.

Ser atleticano é um orgulho. Mesmo quando caímos para a segunda divisão, ficamos firmes e retornamos à primeira divisão.

Deixo aqui um abraço a todos os atleticanos de Minas Gerais, principalmente os de Divinópolis, da região Centro-Oeste, que, às vezes, choram pelas derrotas e pelos momentos difíceis pelo qual o time passa, mas também vibram com a alegria daquela torcida maravilhosa no Mineirão. Um abraço a V. Exa e à diretoria do Atlético, que nos deu um presente com a chegada do Petkovic. Tenho a certeza de que esse jogador fará os gols de que precisamos para chegar à Taça do Brasil e ao Campeonato Brasileiro, com um time à altura do que o Atlético merece. Muito obrigado.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, gostaria de parabenizá-lo pelo centenário do Atlético. Na minha região da Zona da Mata, pela proximidade com o Rio de Janeiro, verificamos menos empolgação com os times de Minas Gerais; todavia, em razão do entusiasmo que tomou conta de mim pelo Atlético, tenho levado para lá essa consciência de que nós, mineiros, precisamos ter paixão pelo futebol mineiro.

Parablenizo o Atlético e V. Exa. Leve um abraço a seu pai. Apaixonei-me pelo Atlético. V. Exa. me fez gostar também desse time; aliás, entusiasmei-me pelo seu entusiasmo. Hoje sou, sim, flamenguista, mas, de coração, atleticana. Um grande abraço.

O Deputado Gustavo Valadares* - Deputada Maria Lúcia Mendonça, V. Exa. é muito bem-vinda. Quero agradecer ao Presidente conceder-nos 1 minuto a mais, e à Deputada Maria Lúcia Mendonça, a mais nova atleticana.

Gostaria de convidar todos os atleticanos e, principalmente, os Deputados atleticanos a, na próxima quinta-feira, comparecer à reunião da tarde, que será interrompida a fim de que nós, Deputados da Assembléia Legislativa, prestemos uma justa homenagem ao CAM pela passagem do seu centenário. Essa reunião foi requerida pelo Deputado Roberto Carvalho. Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados.

Quem aniversaria no mesmo dia do Atlético tem de ser atleticano, não é, Deputado Domingos Sávio?

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Aí é que V. Exa. se engana. O nosso espírito democrático nos faz ter um gesto de respeito. Até porque, Deputado Gustavo, uma das características do Galo é dar muita alegria para a torcida do Cruzeiro. Pelo espírito democrático, que é a minha formação, não poderia deixar de saudar os 100 anos de história do CAM e fazê-lo de forma bastante imparcial do ponto de vista das paixões. Todos sabem que sou cruzeirense; todavia, até pelo próprio estilo do nosso clube - não é, Deputado Paulo Cesar? -, um cruzeirense que sabe ter uma convivência respeitosa com os opositos. Isso já começa a ocorrer na minha casa. Tenho quatro filhos: dois são cruzeirenses e dois, atleticanos. Costumo brincar dizendo que, com vinte e poucos anos, ainda no meu período de faculdade e de trabalho, quando nasceram os dois mais velhos, houve algum descuido. Não tinha muito tempo para torcer pelo futebol e houve esse "contágio". Sabemos que a paixão da torcida atleticana, assim como da nossa cruzeirense, é algo muito próprio do lado bonito do futebol, extremamente saudável. É o entusiasmo, e não aquela paixão doentia e agressiva que leva à violência. Convivo com isso na minha própria casa. Portanto, não seria diferente na Assembléia mineira. Mesmo sendo cruzeirense e tendo a alegria de homenagear aqui o nosso Cruzeiro pela tríplice coroa - aliás, alegria que os atleticanos ainda não tiveram, ou seja, de conquistar simultaneamente três grandes títulos num único ano: o Campeonato Mineiro, a Copa do Brasil e o título de campeão brasileiro -, hoje não podemos deixar também de reconhecer a importância do CAM no seu centenário.

Mas o meu tema é outro, Sr. Presidente. Queremos falar de algo extremamente importante e que vem tomando conta de Minas Gerais, graças à ação firme do Governador Aécio Neves. Tão logo assumiu o governo, superadas as primeiras dificuldades, S. Exa. estabeleceu um planejamento para o Estado, com a viabilização de um programa de melhoria de rodovias, e não só ligando Municípios que não tinham - em alguns casos, ainda não a têm - ligação asfáltica como também recuperando as rodovias estaduais. Nesse aspecto, há o Processo, ligando mais de 200 cidades, algumas ainda em obras: o Centro-Oeste mineiro recebendo a ligação para Leandro Ferreira e São Roque de Minas; e as obras que ligam Itapeverica a Camacho estão se iniciando. Sempre defendemos a prioridade para essas obras, é claro, falando a mesma língua dos demais colegas que lutam ou por suas regiões ou por obras como essas no Centro-Oeste mineiro.

Ao lado disso, o Governador Aécio Neves vem desenvolvendo o ProMG, e atualmente o ProMG Pleno; ou seja, a recuperação das rodovias já existentes. No Centro-Oeste mineiro, tivemos um pleito de toda a bancada que representa a região, e não só deste Deputado que lhes fala, mas também dos Deputados Doutor Rinaldo, Paulo Cesar - que está aqui -, Antônio Júlio e Neider Moreira, para que tivéssemos o ProMG Pleno. O que é isso? Trata-se de um programa do governo do Estado para não apenas recuperar, recaptar e melhorar a sinalização de uma rodovia estadual, mas também manter, durante quatro anos consecutivos, um contrato de conservação permanente. Isso se está iniciando nas rodovias que ligam a MG-494, próximo a Divinópolis, a Perdigoão e a Araújo, o que é extremamente necessário, pois essa rodovia está em péssimas condições. Há também o acesso de São Gonçalo do Pará a Divinópolis e a BR-262, com acesso a Carmo do Cajuru e outros.

Estamos registrando isso não apenas para reconhecer o esforço do Governador, mas também para demonstrar que nós, Deputados, além de cobrar - papel legítimo de representar o povo - estaremos acompanhando essas obras dia a dia, para que sejam bem executadas, para que a proposta se cumpra, para que seja esse um programa pleno - ProMG - Pleno de recuperação da rodovia e de sua conservação em bom estado. Isso já está contratado com uma determinada empreiteira.

Antes de abordar outras questões, sobre os "links" rodoviários, as ligações que precisam ser feitas, concedo, com prazer, aparte ao nobre

Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Caro Deputado, só quero participar do seu pronunciamento em relação - estou acompanhando atentamente sua posição, seu ponto de vista, e acompanhei a audiência pública realizada nesta Casa - à MG-050, praticamente paralela à Fernão Dias, a qual corta cidades importantes, como Divinópolis, São Sebastião do Paraíso, a cidade do nosso companheiro Rêmolo Aloise.

Estou vendo o esforço que o governo de Minas tem feito, e não só para o Pró-Acesso como também para o ProMG, que é a recuperação das estradas, mais especificamente a MG-050. Não pude participar do debate público realizado nesta Casa, mas estou percebendo isso. Nesse final de semana, passei nessa rodovia, e uma parte dela está bem recuperada, com terceira pista. Porém, no meu entendimento, numa grande parte dela, ainda é preciso que se faça muita coisa para que seja privatizada, para que se instalem ali os pontos de cobrança de pedágio. Em grande parte da rodovia, a pista é simples, não há nem sequer a terceira pista, e o piso ainda está deteriorado. A construção de cinco pontos de pedágios já está em fase final. As placas já estão prontas, cobertas com um plástico preto, mas penso que a questão merece um debate maior. Tenho a certeza de que o Governador Aécio Neves, quando lançou a parceria público-privada, imaginou uma rodovia que desse total segurança às pessoas que por ali passam, que encurtasse distâncias e onde fosse agradável dirigir. Mas, na verdade, Deputado Domingos Sávio, ela não é, e ainda está merecendo muitos reparos.

Neste final de semana, por ocasião do feriado, foi permitido o trânsito de carretas, e o trajeto de Belo Horizonte a São Sebastião do Paraíso, que pode ser feito tranquilamente em 5 horas ou em 5 horas e 30 minutos, demorou quase 8 horas. As carretas aumentaram o tempo do percurso, da viagem, porque não há terceira pista, o que é elementar.

Portanto, sugiro principalmente a V. Exa., ao Deputado Rêmolo Aloise, ao Deputado Doutor Rinaldo e aos vários outros companheiros que são votados na região aprofundarmos-nos na questão, analisando-a para que tenhamos a garantia, por parte das empresas que vão operar na rodovia, de que os trabalhos não estão concluídos e que devem continuar. Perdoe-me, falo por experiência própria: essa rodovia ainda não tem condições de ser privatizada e receber os pontos de pedágio. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço ao nobre Deputado Carlos Pimenta. Na verdade, a audiência pública proposta pelo Deputado Doutor Rinaldo, que teve não só o nosso apoio, mas também a nossa participação e a de outros colegas, tinha exatamente esse propósito. E esclareço que esse também é o nosso pensamento: muita coisa ainda precisa ser feita.

É bem verdade que essa parceria público-privada não é uma privatização. A rodovia não é transferida definitiva e exclusivamente à iniciativa privada. Trata-se de uma parceria público-privada. O governo continuará investindo uma parcela de recursos todos os anos, tendo controle sobre o processo da concessão e fiscalizando todos os serviços. Esse programa prevê um calendário de 25 anos, com obras significativas nos 12 primeiros anos.

O que entendemos, e é aí que comungamos com o Deputado Carlos Pimenta e com os demais colegas que participaram da audiência, de debates realizados nesta Casa, é que esse cronograma precisa ser revisto. Precisamos de maior esforço tanto do governo do Estado quanto da empresa que ganhou a licitação, que é a concessionária, para antecipar algumas obras. A rodovia precisa, pelo menos, de terceira pista, já que não há como impedir o trânsito de caminhões, o que seria pior, pois a região - Divinópolis, Itaúna e outras cidades - possui características industriais e precisa do transporte de minério de ferro, de carvão vegetal, da própria matéria-prima e também do que foi industrializado, como o ferro-gusa. Portanto, aquilo é rotina e gera emprego na nossa região. Obviamente, ninguém está pensando numa rodovia em que caminhão não possa passar, pois ele faz parte da vida da rodovia. Mas para que ela seja uma rodovia de fato, com um trânsito seguro, eficiente, no mínimo tem de ter uma terceira pista para que os caminhões se desloquem naqueles declives e acíves, deixando o trânsito livre para os pequenos veículos, o que evitará grandes congestionamentos. E a tendência desses congestionamentos é aumentar porque a região cresce a olhos vistos, e a própria melhoria da rodovia deve gerar mais desenvolvimento.

Esse é um processo que irá requerer o nosso acompanhamento. Do mesmo modo que lutamos para que houvesse investimentos na rodovia - e agora eles começaram a acontecer -, continuaremos lutando ao lado dos demais colegas que já citei. E o Deputado Rêmolo Aloise, que está no extremo dessa rodovia, em São Sebastião do Paraíso, já se manifestou a respeito. Todos falamos a mesma linguagem: queremos que as obras aconteçam, a antecipação desse cronograma ou a sua divulgação mais detalhada. Se vamos cobrar um pedágio, tudo bem, já que quando a parceria foi aprovada e o edital feito, o foram com base no seguinte princípio: se ficarmos esperando o dia em que o Estado tiver dinheiro para fazer uma obra dessa magnitude, de ponta a ponta, para começarmos a cobrar o pedágio, corremos o risco de ficar mais 10, 20 ou 30 anos vendo as pessoas morrerem dia após dia, o que causa grandes prejuízos.

É preciso tomar a iniciativa de começar as obras. Um dos princípios do edital é que o pedágio vai ser especificamente uma fonte de financiamento, ajudará a financiar as obras com parte do dinheiro, além do que o próprio Estado vai destinar.

Entendemos que começar a cobrar o pedágio sem fazer pelo menos a melhoria da terceira pista em alguns trechos, fazer alguns viadutos e algumas trincheiras em pontos de alto risco também não é uma decisão acertada.

Terei uma audiência com o Governador Aécio Neves, nesta semana, e apresentarei o nosso entendimento. Sei que esse não é um pedido isolado, só meu. É preciso tratar com a empreiteira, com o Secretário de Obras, e fazer uma revisão nesse cronograma. Quem sabe há até um aporte de recursos, via instituições financeiras, para financiar um pacote maior de obras, para que comecem a ocorrer ainda neste ano? Não tenho dúvida que o cidadão pagará pedágio, mas verá que as obras serão realizadas, que será respeitado um cronograma de obras e que, de fato, melhorará a qualidade de vida de todos na região.

O Deputado Rêmolo Aloise (em aparte)* - Nobre Deputado Domingos Sávio, quero somar-me às suas palavras, por ser favorável no que diz respeito à MG-050. Nesse domingo, não conseguimos chegar a Belo Horizonte em menos de 8 horas. Como disse o nobre Deputado Carlos Pimenta, foi terrível o trânsito - está certo que foi um feriado prolongado.

Entendo que temos de discutir duas questões. A primeira é sobre a BR que termina em Juatuba, sobre o recapeamento que está soltando. Há trechos em que o asfalto está soltando, e esse problema merece a nossa atenção. A outra, Deputado Domingos Sávio, é o pedágio que fica no Município de Pratápolis, perto de São Sebastião, e que tem duas cabines de ida e duas de volta. É um local de onde saem 500 carretas para o Cimento Itaú para São Paulo. Há uma curva a 200m; se houver 10 carretas para pagar o pedágio, haverá um congestionamento horrível naquele trecho. Então precisamos discutir, para conseguir melhorar e continuar com essa participação entre a empresa e o governo.

Se V. Exa. me permite, gostaria de mencionar uma reportagem que estava lendo no jornal "O Estado de São Paulo" de hoje: a sua cidade foi considerada uma das melhores cidades do Brasil no ensino do 1º ao 4º grau, em uma avaliação feita pelo Ministério - enviarei a matéria para V. Exa. A média das notas dos alunos, em Português e Matemática, foi acima do normal das escolas particulares. Quero aqui cumprimentar as professoras e os diretores de Divinópolis pelo brilhantismo com que vêm tratando a educação naquela cidade. Foi uma matéria maravilhosa. Vários pais de alunos que estudavam em escolas particulares estão transferindo os seus filhos para as escolas públicas em virtude desse trabalho feito em conjunto. Foram enumerados 10 itens, e um deles foi: professor que não coloca filho em escola pública não dá crédito a escola pública. Esse foi um dos itens em que Divinópolis saiu na frente. Parabéns a Divinópolis, parabéns a V. Exa. e parabéns ao pessoal da área educacional da sua cidade. Senti um grande orgulho, ao ler que Divinópolis está na frente, entre as 37 principais cidades do País. Muito

obrigado, Deputado.

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado, Deputado Rêmoló Aloise.

Quando fui Prefeito de Divinópolis, implantamos lá, uma das primeiras cidades mineiras, a possibilidade de ingresso do aluno com 6 anos na escola. Isso foi em 1998, e entrei em 1997. Obviamente, o resultado de uma análise feita agora mede o trabalho de pelo menos uma década. São alunos que estão na 8ª série, na 4ª série, que passaram por várias administrações municipais. Mas, de um modo especial, temos a Vera Prado, Secretária Municipal de Educação, que já está lá há dois mandatos, há duas gestões públicas de Prefeitos de partidos diferentes, fazendo um trabalho sério; e a Eliana Cançado, que hoje lidera o trabalho na rede estadual.

Em outro momento, voltaremos a falar sobre as rodovias, mas levarei ao Governador essas preocupações sobre a MG-050 e um apelo sobre o programa dos "links" rodoviários, que ligarão determinados trechos. Vou pedir pela rodovia Caratinga-Divinópolis, pela rodovia de Pitangui a Papagaios e a de Bom Sucesso a São Tiago, minha terra natal. É um outro programa importante, mas não teremos tempo de abordá-lo agora. São ligações entre determinadas cidades que já recebem o benefício do asfalto, ligações essas que trarão benefícios para toda a região. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, senhoras e senhores, companheiros, imprensa, voltando ao tema das nossas rodovias em Minas, gostaria de dizer que, no próximo dia 15 de abril, a Comissão de Transportes, a pedido nosso, promoverá uma audiência pública nesta Casa, para tratar especificamente da BR-367. É uma BR que foi sonhada, idealizada e projetada por Juscelino Kubitschek, que liga Diamantina ao Oeste da Bahia. Grande parte dessa rodovia está concluída, mas parte ainda é de terra e está em péssimas condições. Tivemos a oportunidade de passar por lá na semana passada, quando tivemos uma audiência em Almenara e Salto da Divisa, e pudemos constatar o grande movimento da BR-367 e a situação precária em que se encontra. Seguramente teremos na Casa todos os Prefeitos e os representantes de todas as Câmaras Municipais, com os Deputados Estaduais e os Deputados Federais votados na região e representantes do DNIT e do DER, para que possamos, em primeiro lugar, desmitificar a BR-367. Aquela é uma estrada engraçada. É uma BR, mas grande parte é de responsabilidade do DNIT, uma parte é concessionada ao Estado e outra parte é transferida ao Estado. Então, quando vamos ao DER procurar informações sobre a BR-367, dizem que essa parte da BR é concedida ao Estado para manutenção, mas não temos o recurso da União para pavimentá-la. A parte transferida ao Estado é a pior parte, aquela em que o piso está bastante deteriorado, de Itaobim a Almenara. Essa parte foi transferida ao Estado, mas apenas seu ônus, não foram transferidos os recursos para sua recuperação. Então vamos fazer uma grande reunião na Casa, no dia 15 de abril. Vamos mandar um convite específico aos Deputados Federais. Não queremos nenhuma reunião com holofotes, queremos entender a BR-367 para que possamos saber de quem vamos cobrar a responsabilidade. Num segundo momento, iremos a Brasília. O Deputado Federal Ademir Camilo já está providenciando uma audiência com o Ministro dos Transportes, para que possamos levar até ele os projetos que já estão elaborados e tentar conseguir recursos no Programa de Aceleração do Crescimento, o famoso PAC do Lula, para que possamos incluir a BR-367 nesse programa de recuperação emergencial das nossas BRs. Voltaremos a esse assunto. Concedo, com muito prazer, aparte ao Deputado Luiz Tadeu Leite.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Quero, Deputado Carlos Pimenta, felicitá-lo pelo tema que ora aborda. A BR-367 fica em uma região que conhecemos bem. Fui votado em Pedra Azul, Almenara, Salto da Divisa, Jacinto e região. Realmente a história da BR-367 é uma novela porque, por anos e anos, todos os governos prometeram concluir aquela pavimentação, mas não o fizeram, embora a ligação do Norte de Minas, do Jequitinhonha com a Bahia seja importantíssima. Nesta tarde, vários assuntos relacionados à pavimentação, ao asfaltamento e à PPP estão sendo aqui abordados. Assim queria pedir o apoio de V. Exa. para um trabalho a ser feito junto ao DNER, ao DNIT e, especialmente, junto à Polícia Rodoviária Federal em relação à BR-040, que beneficiará quem vem de Montes Claros e de Curvelo para Belo Horizonte. Quando se atinge a BR alargada, em Sete Lagoas, há um funil, um estreitamento que está provocando muitos problemas. Na volta, durante o feriado prolongado da Semana Santa, eu dirigia e analisava o trânsito: um engarrafamento de mais de 5km, de Inhaúma até o posto da Polícia Rodoviária Federal. Em razão desse engarrafamento os veículos demoravam cerca de 3 horas para passar pelo trecho. Não podemos aceitar esse engarrafamento porque não entendemos a razão de ele ocorrer. Nem um quebra-molas que havia ali - imenso, por sinal - existe mais, pois foi retirado. Acredito que os motoristas vão reduzindo a velocidade e levando seus veículos para uma pista afunilada que, posteriormente, é alargada, em uma pista ampla. Seria o caso de se ampliar a opção de entrada nessa rodovia duplicada. Isso realmente deverá resolver o problema daquele acúmulo de veículos. V. Exa., que já está abordando o problema das estradas, poderia levar à Comissão de Transportes desta Casa essa nossa preocupação. A Polícia Rodoviária Federal, parece, está sendo a causa desse engarrafamento, ao afunilar o trânsito e provocar esse atraso de mais de 3 horas. Peço, portanto, a V. Exa. apoio a essa providência que pedimos aqui, de público, ao DNIT e à Polícia Rodoviária Federal.

O Deputado Carlos Pimenta - Perfeitamente. As suas observações foram válidas. Esse problema já é crônico, pois ocorre há vários anos. Tem de ser acelerado o processo de duplicação da BR-135, de Sete Lagoas até o trevão. Já há dinheiro garantido para isso. Os recursos já estão depositados na conta do DNIT. As empresas que ganharam a concorrência, a licitação, já iniciaram o trabalho. Todavia vejam bem o absurdo que ocorreu: os trabalhos praticamente foram paralisados por questões ambientais. No trecho de Paraopeba, há muito minhoca, um tipo de minhoca muito usada em pescarias. A duplicação dessa BR foi retardada em razão de denúncias do Ministério Público sobre o meio ambiente, argumentando que as obras destruiriam o hábitat natural das minhocas. Por isso foram paralisadas obras de cerca de R\$260.000.000,00. O dinheiro, repito, já está em caixa, já está depositado na conta do DNIT.

Temos de reiniciar aquele movimento que fizemos em Brasília. Fomos lá duas vezes em 2006 e três vezes em 2007. Precisamos mostrar os absurdos que estão acontecendo e voltar à carga novamente para a recuperação da BR-135. O Ministro, por ocasião da audiência, de próprio punho, fez um cronograma. Fiz questão de publicar, pela imprensa, a carta do Ministro, a qual mostrava as diversas etapas da obra da BR-135. Infelizmente, parece que o silêncio reinou em Brasília. Quando tentamos marcar nova audiência, a Secretária do Ministro ou sua assessoria perguntou-nos qual o assunto. Ao respondermos que o tema seria a BR-135, informaram-nos que, infelizmente, o Ministro não podia nos atender. Parece brincadeira. Os Deputados Federais têm papel fundamental em tudo isso, e esta Casa tem a grandeza de denunciar o que acontece no Estado.

Essa liberdade, essa facilidade é importante, visto que se consegue antecipar decisões. Todavia, em nível de governo federal, é um absurdo. Eles dizem que o governo federal tem o dinheiro do PAC; não faltará dinheiro desse Programa para recuperar as BRs. É preciso haver projetos. No entanto, aí é que entra a dificuldade. A pessoa vai lá, leva projetos, contrata projetos, prova que a morosidade está dentro do ministério e do DNIT. Vem gente do DNIT para o ministério, o Ministro manda chamar técnicos, enfim, o pessoal do DNIT. Eles inventam desculpas. Ao que nos parece, Brasília está preparada para não trabalhar, e o dinheiro do PAC só existe na cabeça do Presidente Lula.

Em Minas Gerais, a malha federal é a pior do País. Então, é necessário fazermos novamente esse esforço. Não podemos ser vencidos pela má-vontade e pelo cansaço. Temos a obrigação de voltar, urgentemente, a Brasília, para falar com o Ministro, mostrar-lhe o que está acontecendo com as BRs 135, 367 e 251, que é a BR da Morte. Refiro-me ao trecho que liga Montes Claros à Rio-Bahia, perto de Francisco Sá, onde toda semana acontecem acidentes fatais e onde morrem caminhoneiros. Essa BR é considerada a Rodovia da Morte, mas nada se faz para melhorar a situação.

Deputado Luiz Tadeu Leite, temos de voltar a Brasília. Quando se consegue falar com o Ministro dos Transportes e com o Presidente, as coisas começam a andar. Em Brasília, entre a equipe técnica, o Ministro e o Presidente, há um buraco negro que está dificultando a recuperação das nossas BRs. Por isso vamos marcar uma audiência pública para o dia 15, a fim de tratar da BR-367, atendendo à solicitação do Prefeito de

Almenara, Sr. Carlos Novais, com quem percorremos alguns trechos. Na BR-367, fotografei pontes de madeira; no dia da audiência, irei mostrar isso aos participantes. Certamente, alguém dirá: "Não pode, isso não existe!". Há trechos asfaltados e, depois, pontes de madeira, por onde passam carretas de até 40t. Há também pontes altas, com mais de 15m de altura. Portanto, convido os companheiros para a audiência a ser realizada no dia 15. O companheiro André Quintão, que aqui se encontra, está convidado para participar da referida reunião, oportunidade em que desmitificaremos a BR-367, bem conhecida por V. Exa. Iremos verificar onde está o entrave, o gargalo; veremos onde estão os obstáculos para tentarmos superá-los, levando a questão ao Governador Aécio Neves, ao Secretário de Obras e ao Ministro dos Transportes. Ou seja, tentaremos realizar o sonho de JK idealizado há tantas décadas. Ainda hoje essa BR desafia o povo e as autoridades brasileiras.

Quanto à BR-135, pediremos apoio aos Deputados Federais. Trata-se de uma obra de R\$1.000.000.000,00, para a qual já há um projeto, que foi elaborado pela Associação Comercial e Industrial de Montes Claros e custou R\$370.000,00. Como o DNIT disse que não tinha dinheiro, a referida Associação fez o projeto e o entregou ao Ministro. Ou seja, há dois anos e meio, colocou-se 1m de projeto sobre a mesa do Ministro, mas até agora só temos a promessa.

Terminamos nosso pronunciamento dizendo que as parcerias público-privadas que acontecem em Minas são importantes, mas é necessário que as empresas vencedoras, as concessionárias dos trechos abram suas programações e digam o que farão com as rodovias, quando vão investir nelas, a fim de acabar com a situação de caos. Quanto a essa questão, cito especificamente a MG-050. Há cinco pontos de pedágio prontos, iluminados, uma beleza. No entanto, os trechos não estão duplicados, o asfalto está deteriorado. Penso que será um golpe muito duro para o povo mineiro colocar em funcionamento o trecho concessionado a essa empresa, que, se não me engano, se chama Nascente de Minas e cobrará cinco pedágios de uma pista que, até agora, foi feita com recursos dos cofres do governo do Estado e do povo mineiro. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, TV Assembléia, amigos e amigas nas galerias, com muito prazer, nesta tarde ocupo, mais uma vez, a tribuna do nosso Parlamento para parabenizar o Município de Santa Rita de Caldas, da nossa Região Sul, por ter sido também escolhido entre os cinco Municípios mineiros pela qualidade excepcional de seu ensino municipal.

Essa solenidade realiza-se exatamente neste momento em Brasília junto ao Ministério de Educação, presente o próprio Ministro, por delegação também do Unicef, que escolheu entre cinco Municípios de Minas Gerais, a exemplo de Divinópolis, conforme manifestação do ilustre Deputado Domingos Sávio, o Município sul-mineiro de Santa Rita de Caldas.

Quero, neste momento, parabenizar toda a comunidade na pessoa do Prefeito Geraldo Donizete de Carvalho. Aliás, Sr. Presidente, esse não é o primeiro prêmio que o Município de Santa Rita de Caldas recebe. Desde o ano passado, graças à dedicação da administração pública, da Secretaria Municipal de Educação e dos demais órgãos municipais, essa cidade tem sido o palco maior da educação na nossa região. Sem dúvida alguma, os alunos que freqüentam a rede escolar podem participar do excelente projeto desenvolvido a favor da educação.

Conforme noticiado hoje mesmo em Brasília, temos muito a festejar, felizmente, graças à competência administrativa do Prefeito, da Secretária de Educação e de todos os agentes públicos que fazem da educação um grande mecanismo de qualidade, particularmente para os alunos de 6 a 12 anos. Tenho certeza absoluta de que essa consagração foi obtida por meio de inúmeros requisitos. Um dos pontos citados pela Undime foi a aplicabilidade da educação nas escolas municipais. Hoje o Prefeito tem-se destacado como empreendedor tanto na área urbana como na rural, criando escolas e incentivando todos os alunos a participar do processo educacional, garantindo assim um ensino de primeira qualidade em Santa Rita de Caldas, situada na nossa região Sul mineira.

Na manhã de hoje já fizemos esse registro nos anais da Casa, mas quero deixar aqui, de viva voz, nossos sinceros cumprimentos aos Vereadores e a todas as autoridades constituídas de Santa Rita de Caldas, que se destacou entre cinco Municípios, por essa grande conquista.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz à tribuna é a nossa visita à cidade de Itajubá no próximo dia 3. Por meio de requerimento de nossa autoria, a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo visitará as instalações da Helibras. Sabemos que o governo tem investido, garantido e resgatado, acima de tudo, a indústria de helicópteros na nossa região. Hoje a produção de helicópteros é um grande viés, assim como a tecnologia que está sendo implantada lá. Estaremos reunidos com todos os agentes da Helibras, além de convidados e empresários da região. Tenho certeza de que o Estado, parceiro e grande catalisador desse empreendimento, através das ações do nosso caríssimo Governador Aécio Neves, da Secretaria de Indústria e Comércio e do BDMG, tem feito grandes gestões, fazendo de Itajubá o grande pólo aeronáutico deste país.

Quem conhece Itajubá e já visitou a Helibras sabe que são orgulho de todos os mineiros. Hoje, por meio de conhecimento e de tecnologia, temos lá um grande aprendizado e, conseqüentemente, helicópteros consagrados, que sobrevoam todo o mundo, fabricados no chão do Estado de Minas Gerais.

A presença da nossa comissão, sem dúvida alguma, tem o objetivo de, em nome da Assembléia Legislativa, buscar e apresentar ações importantes. O Estado poderá participar por meio de parcerias desse processo tão importante que é fazer com que a Helibras seja um pólo de referência da aeronáutica deste país.

Além disso, quero cumprimentar os funcionários, o Diretor e o Presidente da Helibras, manifestando, assim, nossa preocupação; e, conseqüentemente, ressaltar a presença dos Deputados que estarão tratando de assunto tão importante para todos nós.

Amanhã, na cidade de Itajubá, o Secretário de Obras se fará presente no encontro com todos os Prefeitos, para lançar o novo programa de recuperação de nossas rodovias. Trata-se de um projeto inovador, do Secretário Fuad Noman, o qual veio para descentralizar os eixos de preservação e conservação das rodovias estaduais.

Temos muito o que agradecer ao Governador, à Secretária de Obras e ao Deop, que, sem dúvida nenhuma, têm dado a atenção necessária à recuperação da malha rodoviária estadual. Também quero referir-me às cidades de Pouso Alegre e Ouro Fino, minha terra natal, que liga Jacutinga e Monte Sião, na divisa com o Estado de São Paulo, por se tratar de um grande e importante eixo rodoviário, com fluxo de 3 mil veículos que saem do Estado de Minas em direção ao Leste paulista, no Sul de Minas.

Aproveitando o ensejo, quero registrar que, na semana passada, foi aprovado um requerimento de nossa autoria, para que o governo do Estado, por meio do DER, possa, mais que nunca e ainda neste ano, priorizar a estrada que liga Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal, único eixo ainda não asfaltado. Trata-se de uma extensão de 8Km a 9Km, um eixo pequeno que praticamente já teve o seu asfaltamento autorizado pelo DER, em função do projeto aprovado. Agora, estamos fazendo gestões junto ao governo do Estado buscando despertar no Governador a sensibilidade de priorizar esse importante canal de comunicação. Aliás, já estivemos, pessoalmente, com o Governador, com a comitiva de Jacutinga e também com vários Vereadores de Espírito Santo do Pinhal, para demonstrar a ele e ao nosso Secretário a importância de priorizar o trecho. Hoje, no trecho que vai de Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal, existem aproximadamente mais de mil veículos que se utilizam dessa estrada que já está com o seu projeto de asfaltamento pronto.

Por meio dos contatos que estamos fazendo junto ao DER, aguardamos o anúncio do Proaço de novos eixos da região. Assim, com certeza teremos a garantia de que esses importantes trechos, de Jacutinga a Espírito Santo do Pinhal e também de Jacutinga a Albertina, serão priorizados. O projeto está pronto e aguardando somente a ordem do serviço de asfaltamento do trecho que liga Jacutinga a Albertina. Acontece da mesma forma em relação a trechos que ligam outras cidades do Sul de Minas, como Conceição das Pedras, Pedralva e Marmelópolis, cidades para as quais já foi autorizada a imediata execução dos projetos, e que, com certeza, serão beneficiadas conforme anúncio do nosso Governador.

Quero manifestar, com muita alegria, a satisfação de ter participado de vários encontros e debates, buscando conseguir do Governador e dos nossos Secretários o imediato início de recuperação e construção desses importantes trechos rodoviários. Quero agradecer ao Deputado Doutor Viana e, mais uma vez, parabenizar o Município de Santa Rita de Caldas por constar como o 5º Município, entre os 853, na relação dos melhores Municípios no aspecto educação de qualidade neste país. Muito obrigado a V. Exa.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente e todos que nos acompanham pela TV Assembléia. Um dos assuntos que me traz a esta tribuna refere-se ao Proaço, que liga todas as cidades mineiras que ainda não possuem acesso asfáltico. No caso específico da nossa região, o Proaço liga a cidade de Miravânia, um Distrito emancipado do Município de Manga em 1995. Miravânia tem uma ligação histórica com Manga por ter sido nosso Distrito, e Manga é a sede da comarca. Portanto, a maioria dos problemas do povo de Miravânia é resolvido em Manga, como os serviços bancários, delegacia, fórum, agência do INSS, escolas, comércio, enfim, há um intercâmbio muito forte. Mas, por motivos políticos, o Proaço que ligava Manga a Miravânia foi retirado do programa, sendo feita a rota ligando Miravânia a Cônego Marinho. Isso gerou um protesto muito grande, não só da comunidade de Manga, mas de quase toda a comunidade de Miravânia, que viu o sonho do asfalto chegar, porém por outro acesso.

O que mais nos deixa indignados é que a mudança, além de não acompanhar o sentimento da população, que seria a ligação asfáltica Miravânia-Manga, ainda custará mais do que o dobro da outra. O trecho Miravânia-Cônego Marinho é mais de 70km, e o trecho que iria ligar Miravânia a Manga é de apenas 38km, e iria beneficiar vários Distritos da região. Esse Proaço iria passar pelos Distritos de Panelinha 1 e Panelinha 2, do Município de Miravânia; e pelos Distritos de Cachoeirinha e Nhandutiba, no Município de Manga, beneficiando um número muito grande de habitantes da região e fortalecendo a economia de Manga, Miravânia e região.

Estamos lutando junto ao governo. Na semana passada estive com o Diretor do DER, com o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Márcio Lacerda, e estarei com o Governador brevemente solicitando que o governo intervenha e não deixe que isso aconteça. A não ser que o governo quisesse ligar Miravânia por duas vias, porque ligar por Cônego Marinho e não ligar por Manga será um prejuízo, o governo gastará o dobro do que deveria e não atenderá os anseios da população de Manga nem da de Miravânia.

Portanto, deixo esse registro público. No ano passado já falamos sobre esse assunto aqui, e mais uma vez chamamos a atenção do governo do Estado, da Secretaria de Obras e do DER para fazer a avaliação. Além de se tratar dos interesses da população daquela região, o atendimento a esse pleito gerará uma economia de mais de R\$10.000.000,00 para o Estado de Minas Gerais. Que seja feito o Proaço Manga-Miravânia, e não Manga-Cônego Marinho, como querem poucas pessoas em Miravânia, que se resumem ao Prefeito e sua família.

Ainda gostaria de tratar de outro assunto de importância para a nossa região, agradecendo à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Há uns 15 dias, acompanhados do Dr. Aluizio Mesquita, Chefe do 11º Departamento de Polícia Civil, sediado em Montes Claros, responsável pela Polícia Civil em todo o Norte de Minas, de Vereadores da região, do Presidente da Câmara de Jaíba, Correinha, e de outras lideranças do Município, estivemos com o Dr. Marco Antônio Monteiro, Chefe de Polícia, levando-lhe diversas reivindicações para a segurança pública na região. Entre elas, solicitamos do Chefe de Polícia a nomeação de Delegados e Escrivães para as polícias de Manga, Montalvânia, Jaíba e São Francisco. Hoje temos a grata satisfação de anunciar que fomos atendidos. Ontem, foi publicada a nomeação, para a Delegacia de Polícia de Manga, do Delegado Leonardo Silva e do Escrivão Jair Dias Gomes; para a cidade de Jaíba, das Escrivãs Eliana Madeira Silva e Michele Adriane Nunes; para Montalvânia, da Delegada Laíssa Nunes e do Escrivão Valdeinei de Oliveira Farias; para São Francisco, do Delegado Fabrício Mendes Mariano e dos Escrivães Rafael Andrade Gonçalves e Célio Henrique Alves Pereira. Portanto, fica o nosso agradecimento ao Dr. Marco Antônio Monteiro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, e um agradecimento especial ao nosso amigo Dr. Aluizio Mesquita, Chefe do 11º Departamento de Polícia Civil do Norte de Minas, com sede em Montes Claros, que vem desenvolvendo um trabalho exemplar em toda a região. Dr. Aluizio, que começou sua carreira como Detetive, teve a oportunidade de ser Delegado em Manga e Jaíba e Delegado Regional em Janaúba e Montes Claros e agora ocupa o cargo de Chefe do Departamento da Polícia Civil do Norte de Minas, responsável por mais de 70 cidades da nossa região. Estamos felizes com sua atuação firme e coerente, com sua forma aguerrida de resolver as coisas e com sua determinação e facilidade para atender a pleitos e receber as pessoas, fazendo um grande trabalho à frente desse departamento de polícia, reconhecido por todos nós, por todos os políticos, pela bancada do Norte e pelos Prefeitos da região. Deixo, então, os parabéns ao Dr. Aluizio Mesquita, dizendo-lhe que pode contar com o nosso apoio nesta Casa para continuar fazendo este trabalho magnífico em Montes Claros e no Norte de Minas à frente da Polícia Civil.

Mas ainda gostaria de aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, agradecer ao Presidente Lula tantos programas importantes que vem fazendo em todo o Brasil, especialmente o programa Luz para Todos, cujos números recebi hoje por "e-mail", dos quais destacarei alguns. Em todo o País, 1.486.249 famílias da zona rural já receberam energia em suas casas. Em Minas Gerais o número é significativo: só neste Estado, 205.488 famílias já foram beneficiadas com o programa. No Brasil, o Luz para Todos já investiu R\$6.979.285.000,00.

Portanto, é um volume muito grande de recursos, destacando que, só em Minas Gerais, foram investidos R\$1.228.784.599,00. Lembrando que Minas Gerais, apesar das 205 mil ligações, ainda é o Estado que ficou para trás, porque, desde o ano passado, a Cemig paralisou as ligações do Luz para Todos.

A boa notícia é que o programa será retomado agora, no mês de abril, e, no ano de 2009, teremos mais 50 mil ligações sendo efetuadas em Minas Gerais. Desse total, 70% serão nas regiões do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Destaco que várias cidades daquela região ainda têm 70% de comunidades rurais sem energia, a exemplo do Município de Januária, onde há cadastradas 3.600 famílias sem eletrificação rural. Portanto, fica aqui um aviso para que a Cemig priorize o Município de Januária, um dos maiores de Minas Gerais em extensão territorial, de difícil acesso, Município imenso, que ficou prejudicado na primeira etapa do programa. Fazemos um apelo para que comecemos o programa, em abril, por Januária, Município que teve menos ligações efetuadas na nossa região.

Em contrapartida, temos dados a comemorar. Por exemplo, no Município de São Francisco, na primeira etapa do programa, foram efetuadas 4.500 ligações. Ou seja, 4.500 famílias no Município receberam energia do Luz para Todos. Se considerarmos que cada família tem, em média, quatro a cinco pessoas, são quase 20 mil pessoas beneficiadas somente no Município de São Francisco. O governo federal, através do Luz para Todos, investiu lá quase R\$26.000.000,00 para fazer essas 4.500 ligações.

É motivo de muita alegria sabermos que temos um governo preocupado com os mais pobres, preocupado em desenvolver nossa região e em melhorar a qualidade de vida das pessoas, com programas importantes, como o Luz para Todos. Não só o Luz para Todos, mas o Pronaf, o Prouni, que está revolucionando a educação no Brasil, e programas importantes, como o Bolsa-Família, que vem atendendo a mais de 11 milhões de famílias, para acabar de vez com a fome no País.

Tínhamos uma série de problemas no Brasil e ainda temos muitos. Há muita gente precisando de muita coisa: reformar a casa, trocar o carro, comprar uma roupa nova. E o Presidente Lula conseguiu fazer uma coisa muito importante para nós: acabar de vez com a fome do Brasil, com

a criação do Programa Bolsa-Família. Ficamos muito alegres, felizes e honrados em ver o Presidente Lula e o PT dando o exemplo a toda a nação brasileira de como governar, pegando um País que estava na beira do caos, onde todos já estavam desacreditados dos políticos e onde só víamos notícias ruins.

Graças a Deus, hoje temos vários números para comemorar; por exemplo, a geração de empregos. Só para 2008, temos a previsão de 1.800.000 a 2 milhões de novos empregos com carteira assinada no Brasil. No ano passado, foram 1.600.000 novos empregos com carteira assinada. Isso é uma revolução, as pessoas estão tendo oportunidades, a indústria está gerando emprego, está havendo crescimento econômico, o País está exportando mais, vendendo mais, e o povo brasileiro está ganhando novas oportunidades.

Quero aqui parabenizar o PT, os partidos da base aliada, que dão sustentação ao governo, e o nosso Presidente Lula, que está fazendo no Brasil uma revolução de crescimento, de esperança, de dignidade. Além disso, com a vontade de ver um país mais fraterno, igualitário, que respeita os mais pobres e gera oportunidades. Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Ficam aqui os nossos agradecimentos.

O Deputado Getúlio Neiva - Concedo aparte ao Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Paulo Guedes - Quero parabenizar o Deputado Getúlio Neiva pela forma como defende a região do Jequitinhonha e do Mucuri nesta Casa. Não posso deixar de agradecer aos Srs. Rildson Moreira, Cláudio Santos, Evaldo Moura e Diogo, meus conterrâneos da cidade de Manga, a presença na galeria. Aproveito para pedir-lhes que dêem um abraço a todos os barranqueiros, aos norte-mineiros e, especialmente, a toda a comunidade mangüense. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - É uma alegria nossa, Deputado Paulo Guedes. Sr. Presidente, companheiras Deputadas e companheiros Deputados e telespectadores, gostaria de tecer alguns comentários sobre vários assuntos. O primeiro deles se refere a um artigo publicado no jornal "Tribuna Livre" da minha cidade. Estou retornando a nossa base, que coincide com a base eleitoral de V. Exa. O jornal publicou um artigo em Teófilo Otôni referente a uma queixa-denúncia feita pelo empresário Iesser Lauer, dizendo que, por brigas políticas de um Deputado Estadual local, que não conseguiu o cargo que queria junto à Secretária Elbe Brandão, Teófilo Otôni perdeu um projeto de R\$1.000.000,00 anual no campo de pesquisas, que acabou sendo instalado no Município de Corinto.

Quereria agradecer ao Vereador Adail Jaques Rodrigues, que, nesta solenidade, fez a minha defesa. Além disso, dizer ao meu amigo Iesser Lauer, companheiro da Associação Comercial e hoje do Sindicato do Comércio Varejista de Teófilo Otôni, que, quando se referir a mim, não precisa dizer a algum Deputado, mas pode citar o meu nome, porque tenho muito respeito por ele e o único Deputado que há em Teófilo Otôni sou eu. Discordo do que disse, mas, repito, tenho muito respeito por ele. Se somarmos, todos os demais votados lá tiveram menos da metade dos meus votos.

Em Teófilo Otôni, tem de falar: o Deputado Getúlio Neiva cometeu um erro e desviou um dinheiro, R\$1.000.000,00. Gostaria de saber da Secretária Elbe Brandão que dinheiro é esse! Realmente não indiquei a Diretora do Idene, não indiquei a Secretária. Dos 11 cargos estaduais existentes em Teófilo Otôni, tive a ventura e a felicidade de ser convidado para indicar apenas dois. Os outros nove não foram preenchidos por mim. Não tenho responsabilidade alguma neles. Se funcionam ou não, não é problema meu.

Sr. Presidente, já disse aqui uma vez que, na minha terra, há pessoas que se queixam pensando que sou responsável por algumas coisas erradas; na verdade, não o sou. Por exemplo, não sou responsável pelo Idene, que faltou a uma reunião que realizamos com os produtores rurais. Simplesmente a diretoria do Idene em Teófilo Otôni até agora não liberou um só projeto do Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR -, do governo do Estado. Essa é a única cidade da região que ainda não tem projeto, ou seja, o único Município que ainda não foi beneficiado por projeto algum. Há algum problema no meio do caminho? Não sei.

Gostaria de pedir ao meu companheiro Iesser Lauer que não se referisse a mim na incógnita, no subjetivo, que o faça de forma franca e aberta, pois tanto ele quanto eu não temos nada a esconder da população da nossa cidade. Nós dois deveríamos procurar a Secretária Elbe Brandão para saber que dinheiro era esse que ela tinha para Teófilo Otôni, porque não sei da existência desse dinheiro, R\$1.000.000,00, que foi para Corinto. Gostaria de pedir que se registrasse em ata e que a Mesa fizesse o questionamento à Secretária para saber que recurso é esse de R\$1.000.000,00 que seria destinado a Teófilo Otôni e foi desviado para Corinto. Faça esse pedido para que a Mesa da Casa questione, a fim de eu responder ao meu companheiro Iesser.

Também estou preocupado, Iesser. Você me acusou, disse que tenho culpa no cartório porque não indiquei ninguém para o Idene; ao contrário, indiquei, mas não foi aceito. Colocaram outra pessoa, que não é de Teófilo Otôni, é de Itambacuri, por sinal muito competente. Não há problema. Mas tenho de dizer que Getúlio Neiva, Deputado, não tem nada a esconder do seu povo.

O segundo assunto, Sr. Presidente, diz respeito a um assunto comum a V. Exa. e a mim. Trata-se do que conversamos há 15 dias. O nosso projeto da nova lei florestal de Minas Gerais já está praticamente pronto, e estamos agora com os exames feitos. Está aqui a minuta do projeto. A comissão técnica desta Casa está verificando os detalhes do projeto da nova lei florestal. Estamos esperando os entendimentos da Secretaria de Agricultura com a Secretaria de Meio Ambiente, mas, paralelamente, temos de andar com isso nesta Casa. Se demorar demais mandarem de lá para cá o projeto, peço a V. Exa., como Presidente da Frente Parlamentar da Silvicultura, que nós, da Frente - somos 60 ou 61 Deputados -, façamos o projeto andar, pois já não podemos esperar por estímulo à silvicultura em Minas Gerais.

Um outro assunto, Sr. Presidente, também diz respeito ao meio ambiente. Fizemos um debate aqui de dois dias. A Copanor já está instalada em Teófilo Otôni, as licitações já estão em andamento, e estamos com um problema que esta Casa terá de ajudar a Copanor a resolver. Não dá para acelerar as obras, não dá para andar depressa, não dá para resolver os problemas de saneamento básico das redes de água, estação de tratamento de esgoto daquela região, de pequenos povoados e vilas. Mais de 600 povoados e vilas terão obras imediatamente, e não dá para ficar esperando os órgãos do meio ambiente darem licença ambiental.

Então, da mesma forma que estamos fazendo no projeto de lei que estamos preparando para a área florestal, gostaríamos de sugerir, Sr. Presidente, a partir da próxima semana - já estamos fazendo um estudo -, que também na área de saneamento básico e abastecimento de água possamos colocar um dispositivo na lei para que as obras sejam feitas sob vigilância de um técnico, um engenheiro ou alguém que seja responsável, que assine o termo de responsabilidade, que a Copanor e a Copasa sejam responsabilizadas futuramente por qualquer dano ambiental que venha a ser causado. Mas não podemos esperar a licença prévia. Se formos esperar a licença prévia, vamos continuar a jogar cocô nos rios, vamos continuar com redes de esgotos a céu aberto, em valetas, nos Distritos, nos povoados e nas cidades de até 5 mil habitantes nas regiões do Norte e Nordeste mineiros.

Entre essa situação de desgraça social que existe na nossa região, em que vemos animais, porcos, galinhas e gente convivendo no meio das ruas das cidades, dos pequenos Distritos e povoados e uma decisão desta Casa autorizando que se façam as obras e depois se verifique se houve algum dano ambiental causado pelas empresas, prefiro a segunda hipótese, Sr. Presidente, pois tenho a experiência administrativa que me levou a colocar água tratada em vários Distritos da minha terra. Só o problema da falta de água tratada gera 60% das doenças em crianças de até 5 anos. Esse é um problema grave, um problema sério da região mais pobre do Estado de Minas Gerais.

Temos de focar esse assunto e tentar buscar uma solução. Estou convencido de que, mesmo que aceleremos as obras - a licitação já está em andamento - nessas 600 localidades, que são Distritos e povoados com 200 a 5 mil habitantes, elas terão de esperar de seis meses a um ano para iniciarem as obras, isso se a empresa já estiver sendo licitada e expedir a ordem de serviço no próximo mês. Não podemos esperar o licenciamento. De forma ágil, temos de conversar com os companheiros e convencer a Comissão de Meio Ambiente de que devemos dar uma autorização especial à área de saneamento básico e às empresas que trabalharão para colocar rede de água tratada nessas localidades.

Sr. Presidente, este é um apelo e, ao mesmo tempo, uma advertência: essa medida faz-se necessária. Se formos esperar pelo licenciamento ambiental, veremos a dificuldade. Aquele que assistiu aos dois dias de debate referentes ao meio ambiente tomou ciência da queixa permanente, seqüencial, dos produtores rurais, dos industriais, dos mineradores, de que o setor do meio ambiente não dá conta de fazer o trabalho prévio. Se os órgãos do meio ambiente não dão conta de fazer o trabalho prévio, não podemos estancar o progresso, o desenvolvimento, sobretudo na área de saneamento básico. Não podemos deixar de fazer rede de esgoto, rede de água, estação de tratamento de esgoto, porque o meio ambiente não dá conta de expedir a licença prévia.

Temos de colocar um dispositivo na legislação que autorize a Copasa e a Copanor a realizarem as obras, e que o ART, o técnico responsável, o engenheiro responsável e a própria empresa assumam as responsabilidades que poderão advir de um possível dano ambiental.

Acredito que temos de colocar o assunto dessa maneira. Tenho ouvido muito o Deputado Carlos Pimenta falar do assunto, das dificuldades dos produtores rurais. Deputado, V. Exa., que é médico, sabe que a área hídrica e a falta de esgoto geram mais de 60% das doenças na nossa região. Se não agirmos depressa, vamos perder os recursos da Copanor, vamos deixar de trabalhar, porque os órgãos do meio ambiente não conseguirão conceder as licenças.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Será um pequeno aparte, apenas para corroborar com V. Exa. Caro Getúlio, lendo o jornal "Folha de S. Paulo", de sábado passado, chamou-me a atenção uma reportagem a respeito da morosidade e da burocracia dos órgãos ambientais para a liberação das licenças.

Só para se ter uma idéia, a liberação das várias licenças... Inventaram as licenças ambiental, de instalação, prévia, e não-sei-quê. São quatro licenças.

O Deputado Getúlio Neiva - São prévias. Antes de começar o serviço.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Exatamente. São licenças para liberar, às vezes, a obra de construção de uma barragem, de uma hidrelétrica. E o tempo mínimo que se gasta - não é que se gasta, mas que se perde - para vencer essas etapas burocráticas ambientalistas é de 1.180 dias. Então, quando você entra com o projeto, com a proposta, tem de contar com 1.180 dias. Se tiver sorte, se o projeto não for embargado, se não entrar um Promotor nessa jogada que ache que sabe mais que todo o mundo, serão 1.180 dias.

Então, aqui, em Minas Gerais, 36 barragens estão projetadas pelo DNOCS e pela Codevasf. Os projetos já estão prontos, são de 8 e 10 anos. Até então, estamos perdendo os recursos desses projetos.

Quando o projeto é aprovado na Codevasf ou no DNOCS, conseguem-se recursos por meio do Orçamento Geral da União, que ficam disponíveis, mas, devido à burocracia e às dificuldades, eles se perdem. Os recursos não podem passar de um ano para o outro, e aconteceu isso com a Barragem de Congonhas em Montes Claros, com a Barragem de Berizal, que há 10 anos está paralisada na região de Taiobeiras.

Temos de dar um basta, o nosso grito. Participamos de uma audiência importantíssima, e os próprios ambientalistas reconhecem as dificuldades. É bom ter um companheiro como V. Exa. ao lado dos pequenos produtores rurais, ao lado da iniciativa privada, porque, se continuar desse jeito, Minas Gerais vai perder muitos empreendimentos, muito recurso para o Ceará, para Pernambuco. O dinheiro vem para Minas, mas o projeto não sai, e o dinheiro vai para outro Estado. Parabéns. Não podemos desistir, não podemos desanimar. É realmente difícil tratar com esse povo. Eles são detalhistas, exigentes e onipotentes; sabem mais que Deus, mais que qualquer outra pessoa, e são prepotentes. Temos de vencer todas essas etapas para tirar do papel os diversos projetos importantes de Minas Gerais.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço o aparte, nobre Deputado Carlos Pimenta. Por nos conhecermos há muito tempo, citei-o exatamente porque sei que, como médico, V. Exa. entende que, além de perdemos os empreendimentos na área agrícola, na área mineral, agora temos um problema maior: a infra-estrutura sanitária das regiões Norte e Nordeste de Minas, onde vai operar a Copanor. Mais de 600 localidades não poderão ter obras porque o meio ambiente, lamentavelmente, não vai conseguir dar as licenças. Esta Casa não pode ficar inerte. Esta é a Casa das leis. Temos de alterar a lei, colocar um dispositivo, uma excepcionalidade, delimitar uma forma qualquer que permita que a Copanor e até Copasa, no restante do Estado, em lugares menores, Municípios mais pobres, realizem as obras. Que os engenheiros responsáveis e a própria empresa assumam o risco e os compromissos de reparação do possível dano ambiental causado. Não entendo onde teremos risco ambiental se você está andando em um distrito - vou citar a minha cidade -, no meio da rua, em Rio Pretinho, e pisa em cocô, em xixi; há vala aberta do esgoto no chão; o povo bebe água imprópria para o consumo. E vamos ter de ter licença ambiental para fazer rede de esgoto, rede de água, estação de tratamento de água, estação de tratamento de esgoto? É um absurdo. Nunca pude imaginar que um legislador um dia colocasse isso em um texto de lei. Mesmo porque, Sr. Presidente, o que defendo é o espírito da lei, e não a letra fria da lei. Muitas vezes, a letra fria da lei leva o nosso Promotor de Justiça a fazer uma confusão danada. Muitas vezes, o tecnocrata, o burocrata que não tem alma não vai descobrir o espírito da lei nunca. O espírito da lei é beneficiar as pessoas, é resolver problemas. Creio, Sr. Presidente, que temos culpa. Precisamos colocar dispositivos legais que possibilitem para obras desse porte e desse tipo a inexistência de licença prévia. Claro que o comprometimento é empresarial. A empresa que vai fazer a obra, que vai ganhar dinheiro tem de ter o comprometimento de não causar dano ao meio ambiente. Devemos e precisamos proteger o meio ambiente, mas não podemos viver sob a tutela da legislação atual, que é importada da Alemanha. Aliás, já citei isso aqui uma vez. Estamos, no mínimo, historicamente, 500 anos atrasados em relação à Alemanha. Não podemos exercer uma legislação alemã em um país ainda necessitado de infra-estrutura como o nosso.

Outro assunto, Sr. Presidente, que gostaria de comentar é sobre uma aprovação do Senado. No próximo dia 23, vai tomar posse como Presidente do Supremo Tribunal Federal um cidadão de estirpe. Um homem de calibre grosso. Um homem que fala o que pensa, o que sente e que representa as mais lúcidas inteligências deste país. O Ministro Gilmar Mendes toma posse no próximo dia 23. E veja, Sr. Presidente, que coisa interessante. Os demagogos de plantão, os populistas de plantão começaram a se movimentar em Brasília naquela ânsia "holofotária" muito utilizada por determinados membros do Ministério Público para acabar com o foro privilegiado das autoridades. Se não tenho foro privilegiado, como terei coragem de enfrentar um Juiz ladrão, um Promotor safado, um policial corrupto? Como terei condições de denunciar, sob pena de sofrer conseqüências, se não tiver imunidade parlamentar? Como posso falar das verdades escondidas nos porões das estruturas oligárquicas deste país? Como vou falar das molecagens que fazem usando o povo sofrido da nossa pátria, se eu não tiver imunidade parlamentar? Ai vem Gilmar Mendes na sabatina do Senado e fala: "Eu sou defensor do foro privilegiado". Diz textualmente: "Não imagino que o Presidente Lula poderia sair pelo Brasil a fora sem a prerrogativa de foro. Teria ele que dar depoimento em todas as Delegacias de Polícia pelo que diz".

Não me parece que é isso que queremos. Realmente, às vezes o Presidente fala algumas coisas que o Delegado pode achar ruim e mandar prendê-lo. Já imaginaram se o Presidente da República não tivesse privilégio de foro? Já imaginaram se o Vereador não pudesse defender a sua população daquele bairro onde ele mora que está sendo espezinhada pelo Prefeito? Já imaginaram se nós, Deputados, ficássemos com a boca

amarrada sem poder falar as coisas de que este país precisa tomar conhecimento? Já existe a censura da imprensa pelo poder econômico; já existe a censura sub-reptícia do bolso, da molecagem que enche o bolso do político safado para defender grupos econômicos e interesses escusos. Já existe a pressão política do Executivo, que quer fazer leis, o Lula está defendendo quando diz que não dá para governar sem medida provisória. Figueiredo falava a mesma coisa: "Prendo, bato, arrebento, mato, faço o diabo porque tenho decreto-lei". Decreto-lei é medida provisória. Como é que um País quer ser livre se não pudermos defender as prerrogativas da função pública, se não pudermos defender o foro privilegiado daqueles que têm que ter a coragem de mostrar as verdades do País para tentar alterar essa molecagem institucionalizada que existe no Brasil, onde a "lei de Gérson" é mais importante que a Constituição, porque todos querem levar vantagem e colocar algum no bolso? Como vamos ter liberdade para falar das mumunhas que acontecem no subterrâneo da democracia? Como vamos melhorar a democracia? Como vamos aprimorar as instituições se não tivermos a liberdade de comentar aquilo que um Governador fez de errado, que um Presidente fez de errado, que o outro Deputado fez de errado, o Prefeito, o Vereador, o Ministério Público, o Delegado ou o Juiz fez de errado? Como o Deputado Durval Ângelo poderia falar o que falou aqui, para acabar com o Tribunal Militar? Não poderia. Como o Deputado Rêmoló Aloise poderia fazer as denúncias que fez? O Deputado Irani Barbosa estaria morto ou preso se não pudesse dizer o que disse desta tribuna. O que temos que ter no Brasil?

Hoje dei uma entrevista falando contra a Lei de Imprensa. Formei-me em jornalismo pela UFMG, em 1970. Fiz o primeiro jornal do interior de Minas Gerais como jornalista formado. Usei a Lei de Imprensa para me defender da ditadura. Hoje não há mais necessidade da Lei de Imprensa. Existem outros instrumentos. Temos que eliminar essa Lei de Imprensa, qualquer resquício de censura, de bitola, de limitação, mas também temos que esclarecer que é preciso acabar com a censura do editor-chefe, do dono no jornal, que vende a opinião do jornal, que trabalha a serviço de grupos econômicos. A liberdade tem que ser absoluta e total. O limite da liberdade tem que ser a responsabilidade. Temos que rever a Lei de Imprensa, mas temos que rever também a Constituição, porque 37 capítulos falam dos direitos do cidadão, mas apenas um fala dos deveres.

Na lógica da filosofia, desde a Grécia e desde a Roma antigas, é tudo muito claro: a cada direito deve corresponder um dever.

Temos que equiparar mais direitos e deveres. Não pode haver mais direitos que deveres. Dentro dessa ótica, Sr. Presidente, Rita Camata aprovou a Lei de Proteção à Infância e à Adolescência, e, no momento em que acabou de aprová-la - votei contra, eu era parlamentar com ela à época -, eu disse a ela: "Rita, você acabou de criar as condições que criarão muitas e muitas gerações de marginais neste país".

Não acredito em educação sem castigo. Não acredito que um país possa evoluir se o pai e a mãe não podem mandar nos filhos. Não acredito em recuperação de menor passando-se a mão na cabecinha deles, deixando-os fazer o que quiserem. Não acredito que se consiga tirar da bandidagem menores que enfrentam a professora e a Diretora na sala de aula porque têm o direito de enfrentá-las.

Hoje a educação em Minas Gerais - e talvez no do Brasil - está enfrentando um problema sério: as professoras não são mais respeitadas. Os alunos conhecem todos os seus direitos, assim como os marginais. Eles não conhecem os deveres, porque a própria Constituição estabelece, de forma clara, 37 vezes os direitos e 1 só vez os deveres. São direitos demais. Por outro lado, há leis demais; e, quando há leis demais, também há direitos de menos.

Temos, Sr. Presidente, de aproveitar esse nosso espaço. Noutro dia, o jornal "Edição do Brasil" comentou que eu estava falando para as traças nesta Assembléia, que ninguém nos ouvia. Quero dizer ao jornal que a televisão está transmitindo, para toda a Minas Gerais, aquilo que estamos falando. Estamos fazendo um exercício democrático: a defesa das idéias. Este é um espaço destinado aos parlamentares para defender idéias que possam melhorar este país.

Fui forjado, desde criança, desde jovem, na luta da política estudantil, para a discussão. Discutia, de escola em escola, nos grêmios estudantis. Se não tivermos o direito de discutir os assuntos importantes do Brasil, o que será deste país? Já temos tão poucos debates e discussões. O Brasil precisa dinamizar ainda mais as discussões, e esta Assembléia tem papel muito importante nisso tudo. A Assembléia de Minas é altaneira, é vigorosa. Precisamos balançar nossos companheiros, para que venham discutir aquilo que é, de fato, importante.

O Brasil é um país maravilhoso, fantástico. Aqui não há maremoto, não há terremoto, não há vulcão. Só existe um tremorzinho, uma acomodação de terra lá no Norte de Minas. É um país maravilhoso, mas aqui há libertinagem demais. É preciso haver ordem. Ao que está escrito na Bandeira - "Ordem e Progresso" - não se está obedecendo, porque não existe hierarquia. A autoridade é questionada a todo instante. Não há obediência à autoridade, não há hierarquia. Como haver ordem e progresso em um país como esse?

Os assuntos precisam ser discutidos. Onde estão os erros? Naquilo que é obrigação nossa, nas leis. Aqui, em Minas, temos de trabalhar para aprimorar as leis. E uma das aberrações, Sr. Presidente, é a de não se permitir que se canalize o cocô. O jornal da minha cidade publicou, matando-me de vergonha, a seguinte manchete: "Bosteira fedentina invade o Centro da cidade". Somos obrigados a engolir isso, Sr. Presidente, porque o meio ambiente demorará, como disse o Deputado Carlos Pimenta, 1.180 dias para conceder uma licença para se fazer a rede de esgoto de Pedro Versiani, de Rio Pretinho, dos Distritos pequenos das cidades pequenas, e até de Catuji, cidade com menos de 5 mil habitantes. Não conseguiremos fazer as obras. Há o dinheiro, a licitação foi feita, mas o meio ambiente vai embananar tudo.

Sr. Presidente, em 1995, como Secretário Adjunto de Recursos Hídricos, tive a felicidade de assinar com a Queiroz Galvão um contrato para serem construídas duas usinas hidrelétricas: a de Nanuque, que está pronta e em funcionamento, e a de Carlos Chagas, que até hoje não tem licença ambiental. Ou seja, estamos em 2008, e não conseguimos licença para realizar a obra da usina de Carlos Chagas.

Lembro-me de um problema que enfrentamos com a Cemig, na Barragem de Setúbal, que estava semipronta, mas a referida companhia acompanhou o raciocínio do pessoal da área de meio ambiente, mandou cortar a ensecadeira e jogou fora o serviço. Somente agora retomamos as obras iniciadas na barragem em 1991. Ou seja, as obras foram retomadas, mas ainda não foram concluídas. O País sofrerá atrasos, mas Minas não pode ficar para trás. Precisamos fazer com que o nosso Estado se desenvolva.

Por isso, Sr. Presidente, ao encerrar meu pronunciamento, faço um apelo aos colegas, a fim de, na próxima semana, apresentarmos um projeto de lei que permita à Copanor e à Copasa realizar as obras para, posteriormente, proceder-se à prestação de contas do ponto de vista ambiental. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/3/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Cassiano Nunes Barbosa do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
exonerando Guilherme Regatos Lirio do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
exonerando Hamilton Amaral Barreto do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Andréa Cristina Canêlhas Dias para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
nomeando Guilherme Regatos Lirio para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho

nomeando Cleyde Machado Arruda para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Maria da Glória de Miranda para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Gabinete do Deputado Bráulio Braz

exonerando Enio Lúcio Ferreira Costa do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Claudinei Thomaz de Souza para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando Adão Caetano da Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
exonerando Danielle Cristianne Guedes Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Maria Geralda da Silva Simões do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;
nomeando Danielle Cristianne Guedes Costa para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando José Ilto Simonassi para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
nomeando Maria Geralda da Silva Simões para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Ângela Maria Lucas Lepesqueur do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;
exonerando José Eugênio Sena Souto do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;
exonerando Osmar Pereira Leitão do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;
exonerando Ronaldo Andrade e Sousa do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando Ronaldo Ferreira de Moraes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
exonerando Vilmar José Luiz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Ângela Maria Lucas Lepesqueur para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando José Eugênio Sena Souto para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Osmar Pereira Leitão para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Ronaldo Andrade e Sousa para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;
nomeando Ronaldo Ferreira de Moraes para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;
nomeando Vilmar José Luiz para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas.

Gabinete do Deputado Dimas Fabiano

exonerando Guilherme de Souza Serrano do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando Luiz Fernando Noronha Pereira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Guilherme de Souza Serrano para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

nomeando Luiz Fernando Noronha Pereira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Domingos Sávio

nomeando Guilherme de Castro Couto Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete da Deputada Elisa Costa

exonerando Ana Dalva Martins do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Elmir Braz Alves Mota do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando José Carlos Miranda do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando Maria Lúcia de Azevedo do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando Nagel Medeiros do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Ana Dalva Martins para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Edwy Gonçalves de Oliveira Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando José Carlos Miranda para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Maria Lúcia de Azevedo para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Nagel Medeiros para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete da Deputada Gláucia Brandão

nomeando Maria Isabel Aparecida Gonçalves para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Eliane Aparecida Carneiro Moreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

exonerando Valdeni Santana Ferreira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Diogo Fonseca Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Eliane Aparecida Carneiro Moreira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Valdeni Santana Ferreira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando Alaor Ferreira Côrtes do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

exonerando Dirce Dias de Oliveira Marçal do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando Fernando Ferreira de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Geraldo de Oliveira Campos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Lúcia Pereira dos Reis do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Maria Amélia Beltrame Fonseca do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Maria Aparecida Vieira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Tanús Jorge do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Alaor Ferreira Côrtes para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Bernadete Aleixo de Oliveira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Dirce Dias de Oliveira Marçal para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Eliane de Oliveira Monteiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Karina de Paula Nery para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Maria Amélia Beltrame Fonseca para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Maria Aparecida Vieira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Walter Tosta

exonerando Eder Ferreira Rodrigues da Silva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

exonerando Francisco de Assis Silva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

exonerando Mariza Martins da Silveira Almeida do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando Melissa Gualberto da Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Valdecí José de Castro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Eder Ferreira Rodrigues da Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Edneia Ferreira Rodrigues da Silva de Jesus para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Francisco de Assis Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Mariza Martins da Silveira Almeida para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

nomeando Melissa Gualberto da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Solange Aparecida de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Valdecí José de Castro para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Davi Madalon Fraga do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes, Vice-Líder do PMDB;

exonerando Grazielle Campos Reis do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social;

nomeando Geraldo de Oliveira Campos para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social;

nomeando Hamilton Amaral Barreto para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes, Vice-Líder do PMDB.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Andréa Cristina Canêlhas Dias do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

exonerando Torquato Carvalho Viglioni do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Clarice Alves Neves de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Fernando Raimundo Simon para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Vice-Presidência;

nomeando Marco Túlio da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda. Objeto: prestação de serviços de fornecimento de passagem aérea. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto do contrato original (CTO/142/2007) em 25%. Vigência: a partir 17/3/2008. Dotação orçamentária: 01.031.729.4239.3.3.90.39.